



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 009

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Professor Luizão
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Reni Pereira
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 009

9ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Telex..... 03

Ofícios..... 03

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Dr. Batista..... 16

Dep. Luiz Eduardo Cheida 16

Dep. Professor Luizão 17

Dep. Ademar Traiano..... 18

Dep. Edgar Bueno..... 20

Dep. Elio Rusch 22

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello..... 22

Dep. Artagão Júnior..... 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano..... 19

Liderança do Bloco PTB

Dep. Edgar Bueno.....20

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel27

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira.....27

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto.....29

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró30

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....31

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli33

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente35

Discussão/Votação

Redação Final36

2ª Discussão37

1ª Discussão40

Requerimentos47

Encerramento da Sessão48

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça48

DIÁRIO Nº 009

9ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE FEVEREIRO DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dou-

glas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter e Fábio Camargo (02).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Carlos Simões, Dobrandino da Silva e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Telex

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3583 da Sra. Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal de Federal, onde a Requerida é Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e Requerente Procurador-Geral da República, comunicando que em Sessão Plenária realizada na data de 21 de fevereiro de 2008, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar inconstitucional a expressão produzidos no estado do Paraná, constante do artigo 1º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 12204, de 06/07/98, deste estado, com redação introduzida pela Lei nº 13571, de 22/05/02.

Ao conhecimento da Casa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 027/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 533/SETR, acerca da Indicação Legislativa nº 536. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 030/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 145/07/SEED, acerca da Indicação Legislativa nº 385/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 032/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 153/SEED, acerca da Indicação Legislativa nº 373. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 033/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 107/SEJU, acerca da Indicação Legislativa nº 635. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 035/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 1366/SEOP, acerca da Indicação Legislativa nº 567. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 036/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 379/07/SEAP, acerca da Indicação Legislativa nº 617. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 037/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 344/07/SEAP, acerca da Indicação Legislativa nº 582. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 038/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 932-GS/07/SEAB, acerca da Indicação Legislativa nº 464/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 039/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 2370-GS/07/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 568/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 040/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 967-GS/07/SEAB, acerca da Indicação Legislativa nº 573/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 041/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 988/07/SEAB, acerca da Indicação Legislativa nº 603/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 042/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Parecer nº 287/07/SEFA, acerca da Indicação Legislativa nº 573/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 043/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da informação nº 1170/07/AJ-SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 495/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 356/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Luiz Fernandes Litro, que solicita esclarecimentos sobre a construção da terceira pista ligando a empresa Sadia S/A até o parque industrial do município de Dois Vizinhos. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 307/08-OPD/GP, do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1651/07, Tribunal Pleno, exarado no Processo nº 389570/07-TC, referente à Impugnação de Despesas realizadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 308/08-OPD/GP, do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1656/07, Pleno, exarado no Processo nº 218210/07-TC, referente à Impugnação de Despesas da Universidade Estadual de Londrina - UEL. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº Ofício Circular 28-MTE/SPPE do Sr. Alessandro L. Bonzano Comper, Secretário de Políticas Públicas de Emprego, Substituto, do Ministério do Trabalho e Emprego, encaminhando cópia do Quarto Termo Aditivo ao Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 055/06 - SETP/PR, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego - SPPE, com a interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, e o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social - SETP/PR, objetivando a prorrogação do prazo de execução do Convênio, acompanhada de cópias do Plano de Trabalho e da respectiva publicação no Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 090/08/Agência Carlos Gomes do Sr. Ricardo Rodrigues, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 39.480,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais), destinados ao estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 174.892-42/05 - Ministério do Esporte/Caixa, do Programa Segundo Tempo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 092/08/Agência Carlos Gomes do Sr. Ricardo Rodrigues - Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 39.480,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais), destinados ao estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 174.891-38/05 - Ministério do Esporte/Caixa, do Programa Segundo Tempo. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 033/08

SÚMULA:

Requer o repasse de recursos ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná para aquisição de mobiliário.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - Solicitar, em caráter de urgência o repasse de recursos ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, para a aquisição de mobiliário para a UTI Pediátrica e para a pediatria.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Desde o período da reforma da UTI em 2007, está funcionando provisoriamente no espaço físico destinado a enfermaria da pediatria que também havia sido reformada, que por sua vez, também encontra-se funcionando em outro local.

Para que o funcionamento retorne ao normal seria necessário a aquisição do mobiliário para a UTI e para a pediatria, para que todas as crianças de nosso estado possam ter disponibilizados os leitos necessários para o atendimento.

INDICAÇÃO Nº 034/08

SÚMULA:

Sugere a execução de pavimentação asfáltica na estrada que liga São João do Ivaí a Ubauna.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a execução de trabalho de pavimentação asfáltica na estrada que liga São João do Ivaí a Ubauna.

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, objetivando melhorar o escoamento da produção rural da região.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 035/08

SÚMULA:

Sugere a construção do Hospital Municipal em Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Hospital Municipal em Sarandi.

II - estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações da comunidade de Sarandi e da região, que há muito reivindica a construção de um Hospital Municipal de Sarandi, para suprir as necessidades da população local, assim melhorando a condição de vida da nossa comunidade.

Sala das Sessões, em 26.02.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 036/08

SÚMULA:

Propõe reformas gerais no Colégio Estadual Silveira da Motta, em São José dos Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião - Secretário Estadual de Educação.

O Deputado Francisco Bühler dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) Solicita o apoio desta Secretaria de Estado da Educação, no sentido de proceder estudo de viabilidade técnica e financeira para a execução de obras de restauro e reformas gerais no prédio que abriga o Colégio Estadual Silveira da Motta, na região central de São José dos Pinhais.

2) O prédio que abriga este educandário está incluso, por lei municipal no rol das edificações tombadas como Patrimônio Histórico do Município, tal sua importância social e histórica para a comunidade de São José dos Pinhais.

3) Neste ano de 2008, o Colégio Estadual Silveira da Motta completa 100 anos de existência, a comemorar-se em 22 de abril próximo. Rumo ao seu centenário, suas instalações merecem de atenção visto o quadro de deterioração que se presencia.

4) Para que o município de São José dos Pinhais e o estado do Paraná possam com o mesmo orgulho, brindar os 100 anos deste tão importante educandário, que tantas gerações de paranaenses já formou, pedimos especial e urgente atenção.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

INDICAÇÃO Nº 037/08

SÚMULA:

Propõe a construção de uma nova unidade escolar para abrigar o Colégio Estadual Maria Vidal Novaes.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião - Secretário Estadual de Educação.

O Deputado Francisco Bühler dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) Solicita o apoio desta Secretaria de Estado da Educação, no sentido de proceder estudo de viabilidade técnica e financeira para a construção de novas instalações para abrigar o Colégio Estadual Maria Vidal Novaes, localizado no bairro Cidade Jardim, em São José dos Pinhais.

2) O pedido mencionado encontra-se protocolado nesta Secretaria sob o número 8.522.545-6, cujo encaminhamento foi ratificado pelo ofício de nº 062 de 01/06/05.

3) Ainda, que junto ao estudo de viabilidade de construção de novas instalações, proceda estudos para a oferta de ensino de segundo ciclo neste referido estabelecimento, que atualmente oferece ensino de 5ª a 8ª séries.

4) Vislumbrando a possibilidade desta realização que muito é desejada pela comunidade local, tendo esta já se manifestado através de um abaixo assinado encaminhado a este gabinete parlamentar, é oportuno destacar que o Governo do estado possui, nesta região e local do próximo das atuais instalações do colégio, área disponível para o investimento solicitado.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

INDICAÇÃO Nº 038/08

SÚMULA:

Propõe a construção de uma nova unidade escolar para abrigar o Colégio Estadual Padre Antonio Vieira.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião - Secretário Estadual de Educação.

O Deputado Francisco Bühler dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) Solicita o apoio desta Secretaria de Estado da Educação, no sentido de proceder estudo de viabilidade técnica e financeira para a construção de novas instalações para abrigar o Colégio Estadual Padre Antonio Vieira, localizado no Jd. Urano, na região do Grande Afonso Pena, em São José dos Pinhais.

2) Atualmente, o colégio atende em sistema de dualidade junto às instalações da Escola Municipal Lurdes Bonin, e por encontrar-se em uma região de grande densidade demográfica, já não comporta estruturalmente, a demanda existente.

3) No sentido de sempre colaborar para com a melhoria do sistema educacional, propiciando e viabilizando investimentos que se traduzam em mais qualidade do serviço para a comunidade são-joseense, a prefeitura de São José dos Pinhais coloca-se à disposição no sentido de ceder ao Governo do Estado, área de sua propriedade, para as futuras e novas instalações do Colégio Padre Antonio Vieira.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 045/08, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) STEPHANES JUNIOR

REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justifica-

tiva de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste Plenário na Sessão do dia 27 do mês corrente, por motivo de saúde.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 270

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a reserva do espaço cultural desta Assembléia Legislativa, no dia 06 de março, para as comemorações do Dia Internacional da Mulher, para a realização da exposição de quadros da artista plástica Marina Solda, funcionária aposentada desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, junto à Mesa Executiva a devida autorização para que seja concedido o horário do Pequeno e Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 23 de junho de 2008, desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que sejam procedidas as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

De acordo com a Lei nº 14434, de 23 de junho de 2004, ficou instituído o Dia do Imigrante Japonês a ser comemorado todos os anos no dia 18 de junho. Como esse dia será numa quinta-feira e o ápice das Comemorações do IMIN - 100 serão no dia 22 com a presença do Príncipe Naruhito, primeiro herdeiro do trono japonês, estamos requerendo o dia 23/06/08, para que as comemorações aconteçam nesta Assembléia.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER aprovação de Moção de Apoio ao Projeto de Lei nº 2830/08, em trâmite perante o Congresso, de autoria dos Deputados Federais Celso Maldaner (PMDB-SC), Gustavo Fruet (PSDB-PR) e Paulo Pimenta (PT-RS), bem como apoio igualmente à emenda apresentada pelo Deputado Federal Alfredo Kaefer à Medida Provisória 418/08.

Ambas as proposituras pretendem fazer com que Foz do Iguaçu seja considerada Área de Livre Comércio (ALC), trazendo maior desenvolvimento à região da fronteira, conjuntamente com os países vizinhos. Esta iniciativa merece apoio, na medida que busca incentivar a evolução da cidade de Foz do Iguaçu. É de conhecimento de todos o aumento da criminalidade na cidade, que antes era a 11ª e hoje já é a

5ª no país no ranking das cidades mais violentas; motivo que levou inclusive o autor do presente requerimento a solicitar a presença da Força Nacional de Segurança na dita cidade. Outrossim, por estar em região de fronteira, nada mais lícito que explorar todas as potencialidades correlatas, como se procura pelas medidas tomadas pelos Parlamentares.

Sendo assim, saber valorizar e apoiar iniciativas deste cunho é também dever Parlamentar, posto que a busca pela melhoria da condição de cada paranaense é insito na atuação destes representantes. Os Parlamentares que representam o Paraná no Congresso Nacional, através de iniciativas como estas, elevam a representatividade do povo naquela Casa de Leis, no caminho do desenvolvimento estadual.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, por meio deste, esclarecem e requerem o que segue:

Na data de 27/02/08, no período da manhã, serão realizadas duas Audiências Públicas na Assembléia Legislativa, uma da Comissão de Educação e outra em conjunto da Comissão de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos e Cidadania, sendo que a referente à Comissão de Educação está agendada para se realizar no Plenarinho desta Casa de Leis. Face à falta de local para o desenvolvimento da Audiência Pública conjunta da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos e Cidadania, houveram por bem os Presidentes das Comissões correlatas acordarem acerca da transferência de local da Audiência da Comissão de Educação para o Plenário da Assembléia Legislativa, possibilitando porquanto o remanejamento da Audiência da Comissão de Defesa do Consumidor para o plenarinho desta Casa de Leis.

Assim sendo, solicitam a autorização da Mesa Executiva para a realização de ambas as audiências, reiterando que a Audiência Pública da Comissão de Educação será realizada no plenário e a Audiência conjunta da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos e Cidadania realizar-se-á no plenarinho.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(aa) RENI PEREIRA

PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Erna Benta da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de votos de pesar à família do Sr. Genoir Finato, Oficial de Justiça de Cascavel, que faleceu nesta segunda-feira, 25/02/08.

Genoir Finato estava com 56 anos e lutava contra o câncer, vindo a falecer e deixando consternados familiares e amigos. As últimas homenagens e o sepultamento ocorreram hoje, às 14h, no Cemitério Central.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar à família da Sra. Hilda Marques Rufino, com 77 anos na cidade de Luiziana, com falência múltipla dos órgãos. D. Hilda era do lar, viúva e deixa 8 filhos: Joaquim, José, Célia, Célio, Armando, João, Maria e Cleide; 17 netos e 05 bisnetos.

À família enlutada as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar à família do Sr. João Pereira de Souza, pai da funcionária desta nobre Casa, Joseli Carla de Souza, lotada na 1ª Secretaria, pelo falecimento ocorrido em 23 de fevereiro do presente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Maria Augusta de Souza, acerca do voto em apreço, á rua General Ari Duarte, bairro Uberaba, Curitiba, estado do Paraná, CEP 81530-520.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Desembargador Miguel Kfoury Neto, pela sua posse na Presidência da Associação dos Magistrados do Paraná - AMAPAR, para o biênio 2008/2009.

Requer ainda, que se dê ciência através de correspondência a ser encaminhada a avenida Cândido de Abreu, 1130 - 9º andar - Palácio da Justiça - Centro Cívico 80530-912 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 246

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Juíza do Trabalho Neide Alves dos Santos, empossada no cargo de Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, em Sessão Solene nesta data.

A Juíza Neide Alves dos Santos era a titular da 4ª Vara do Trabalho de Maringá e foi a escolhida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar a vaga de Desembargadora do TRT da 9ª Região, com sede em Curitiba.

Esta Assembléia Legislativa cumprimenta a nova Desembargadora e lhe deseja os mais sinceros votos de sucesso na nova etapa dos relevantes serviços prestados à sociedade.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 249

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, menção honrosa com votos de congratulações, ao Sr. Toshizo Ido, Governador da Província de Hyogo no Japão, Estado co-irmão do Paraná, pelo interesse e envolvimento nas comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 250

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, menção honrosa com votos de congratulações, ao Sr. Ryu Mizuno (*in memorian*), precursor da Imigração Japonesa no Brasil, pelos trabalhos pioneiros desenvolvidos antes da chegada dos primeiros imigrantes japoneses do porto de Santos em 22/06/1908.

Ryu Mizuno, veio para a América do Sul, em 1906, tendo conhecido alguns países como: Chile e Argentina, chegando ao Brasil em março de 1906, ficando convencido de que aqui no Brasil era o que o Governo esperava para os imigrantes.

Aqui ficando foi contratado pela Secretaria da Imigração do Estado de São Paulo e mais tarde seria o Secretário da Hospedaria dos Imigrantes.

Sua história se confunde com a dos imigrantes que começaram a chegar em 1908, dois anos após o trabalho pioneiro de Ryu Mizuno.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 260

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à PETROBRAS, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, que estão comprovados, detalhadamente, no magnífico livro Contando Histórias, obra que marcou a comemoração dos 30 anos da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, instalada no município de Araucária.

Requer, também, voto de congratulações aos Srs. Odilon Oscar Sottomaior Macedo, gerente de comunicação e ao engenheiro João Adolfo Oderich, gerente geral da refinaria Presidente Getúlio Vargas.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 256

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Rogério Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão do município de Medianeira no programa Patrulha Rodoviária Rural, com vistas a recuperação de estradas e a realização de outras obras na área rural.

Sala das Sessões em, 26.02.08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A referida proposição tem por objetivo a recuperação das vias de acesso utilizadas para o transporte escolar e para o escoamento da safra agrícola.

Diante do exposto, faz-se imprescindível o empenho da Secretaria dos Transportes, no sentido de realizar as obras necessárias, proporcionando assim melhores condições de trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 264

Sr. Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM Sr. Rafael Iatauro, Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, informar, relativamente às desapropriações necessárias à implantação das barragens Piraquara II, o que segue:

1) Quais as áreas de terras desapropriadas? Informar as matrículas junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da situação de cada imóvel;

2) Informar os números e a publicação dos decretos declaratórios da utilidade pública para fins de desapropriação, de cada uma das áreas;

3) Quando, por quem e baseadas em quais referências foram procedidas as avaliações para efeito de determinação do preço das indenizações? Houve

questionamento judicial ou extrajudicial? Foram procedidas novas avaliações para pagamento das indenizações devidas? Quem as procedeu? Informar a habilitação dos respectivos avaliadores.

4) Quais os valores inicialmente avaliados e, em caso de novas avaliações, quais os novos valores estabelecidos e as justificativas para tanto, de cada uma das matrículas?

5) Já foram procedidos os pagamentos das áreas desapropriadas? Quais? Quando? Quanto?

6) Houve acordo para pagamento dos valores estabelecidos nas avaliações e respectivas revisões? Estes valores sofreram atualizações monetária, e incidência de juros, vencidos e vincendos? Quais os valores efetivamente pagos e quando? Existe saldo a pagar? Informar separadamente cada uma das matrículas.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(aa) PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROS-SONI, DOUGLAS FABRÍCIO E MARCELO RANGEL.

REQUERIMENTO Nº 265

Sr. Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot e ao Superintendente da APPA - Administração dos Portos de Paranguá e Antonina, Eduardo Requião, informar, relativamente ao terminal da Ponta do Félix em Antonina, o que segue:

1) Na condição de arrendatária do terminal da Ponta do Félix, qual o interesse da APPA em interferir na avaliação dos ativos da empresa arrendante para efeito de definição do seu valor de venda?

2) A APPA, através de seus gestores tem conhecimento vínculo ou qualquer tipo de relação comercial ou pessoal com eventuais interessados na aquisição da empresa arrendante do terminal da Ponta do Félix?

3) Informar quais os fundamentos que motivaram a decisão de utilização daquele terminal exclusivamente para exportação de carnes congeladas?

4) Há quanto tempo estavam em vigor as autorizações, concedidas em caráter precário, para embarque de outras mercadorias que não as congeladas? Juntar cópia das respectivas autorizações e do contrato de arrendamento do referido terminal.

5) Quais as providências tomadas e alternativas oferecidas para redirecionamento para outros portos das exportações de produtos até então procedidas através do terminal da Ponta do Félix?

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(aa) PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROS-SONI, DOUGLAS FABRÍCIO E MARCELO RANGEL.

REQUERIMENTO Nº 248

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente a ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre e a Empresa Obrascon Huarte Lain Brasil (OHL Brasil) solicitando prioridade na construção da trincheira, interligando os bairros Vila Zumbi e Vila Liberdade, no município de Colombo, na concessão de obras da BR-116 (Curitiba/ São Paulo).

No dia 14 de fevereiro de 2008 foram assinados os contratos de concessão de seis dos sete lotes de rodovias que compõem a 2ª etapa do Programa de Concessões Rodoviárias. Entre eles está, no lote 06, o trecho da BR-116 (Curitiba/São Paulo). Isto posto, solicitamos a Concessionária OHL Brasil, vencedora deste lote, que considere dentro do primeiro ano de concessão a execução da trincheira no km 14 desta rodovia interligando os bairros Zumbi dos Palmares e Vila Liberdade no município de Colombo. Tal obra além de beneficiar os bairros fará a integração dos mesmos com outros bairros de Colombo e cidades da região metropolitana, trazendo desenvolvimento, conforto, agilidade e segurança para transpor a Rodovia.

Vale ressaltar que a Vila Zumbi dos Palmares recebeu até o ano de 2007 mais de 20 milhões de investimentos em infra-estrutura, e o que antes era uma grande ocupação irregular as margens do Rio Palmital, possui hoje 1.797 famílias beneficiadas com o Programa Direito de Morar e em breve a Vila Liberdade contará também com investimentos relevantes para o seu desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) EDSON STRAPASSON

Projetos de Lei

REQUERIMENTO Nº 048/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam excluídos da lista de que trata a alínea “z-b” do inciso II do artigo 14 da Lei nº 11580/96 os produtos classificados nas posições 8473.30.41, 8473.30.42, 8538.90.10, 90.28 e 9032.89 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/01/08.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, NELSON JUSTUS, ALEXANDRE CURI E LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir distorções causadas à Lei nº 14895/07 pela aprovação da Lei nº 15760/08 que reduz a alíquota interna de ICMS de 18% para 12%, redução esta que inviabiliza

a instalação e ampliação de empresas produtoras de alguns componentes eletroeletrônicos, bem como a sustentabilidade das empresas já instaladas em nosso estado.

A título exemplificativo, citamos que a Lei nº 14895/07 propicia que as empresas instaladas na região incentivada, gerem um crédito presumido de 80% do valor destacado do ICMS em conta gráfica. Desta forma como a Lei nº 15760/08 reduz a alíquota interna de ICMS de alguns produtos desenvolvidos em nosso estado, de 18% para 12%, esta nova operação torna-se inviável no aspecto financeiro, pois elimina a capacidade de competitividade de nossas empresas com as de outros estados (Minas Gerais, São Paulo, Manaus, etc).

Com este exemplo, esperamos sensibilizá-los da eminente necessidade da aprovação do presente projeto de lei que visa corrigir distorções as quais implicam em sérios prejuízos às empresas produtoras de componentes eletroeletrônicos já instaladas em nossa capital, e que pretendem ampliar seus investimentos em nosso estado.

PROJETO DE LEI Nº 049/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica vedado no estado do Paraná a prestação de serviços de vigilância de cães de guarda com fins lucrativos no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Entende-se por infratores desta lei os proprietários dos cães, o proprietário do imóvel em que os animais estejam guardando ou vigiando, bem como todo aquele que contrate por escrito ou verbalmente, para se utilizar os trabalhos de cães para fins de guarda.

Art. 2º Os infratores da presente lei ficam sujeitos ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) UPF's/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), por animal.

§ 1º O valor da multa será dobrado na hipótese de persistência, progressivamente até a regularização da infração;

§ 2º Nos casos de persistência será considerado o período de 24 horas para a aplicação de nova penalidade;

§ 3º Aplicação da penalidade prevista neste artigo não exclui a aplicação de penalidades decorrentes de eventuais casos de maus-tratos causados aos animais, nos termos da legislação federal, estadual e municipal.

Art. 3º Das penalidades aplicadas por infração ao disposto nesta lei será assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório ao infrator.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

**Parecer Ministério Público da
Inconstitucionalidade da Atividade de Aluguel
de Cães para Segurança**

Fundamentação da inconstitucionalidade da atividade de empresas prestadoras de serviços de segurança que utilizam cães, exarada pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba, através do Promotor de Justiça Dr. Sérgio Luiz Cordoni:

A Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba recebe constantemente reclamações acerca dos serviços prestados pelas empresas que locam cães para vigilância de imóveis, mormente pelos maus-tratos a que estes animais são submetidos.

Na mesma esteira, referidas empresas não são passíveis de fiscalização, tampouco coibição, uma vez que em sua maioria são clandestinas.

Desta forma, a questão da fiscalização é comprometida e os cães utilizados para resguardar imóveis de terceiros, ou construções, ficam sem qualquer assistência alimentar e veterinária, sem contar a solidão em que vivem tais animais.

O Ministério Público do Estado do Paraná interpôs ações civis públicas em desfavor das empresas que possuíam registro na Junta Comercial do Paraná, com o fim de paralisar suas atividades, uma vez que se atestaram maus-tratos aos cães utilizados como bens.

A título de ilustração, transcrevo decisão monocrática que concedeu a medida liminar pugnada, reconhecendo que a atividade oferece perigo real aos animais, quanto à coletividade:

3. Assim presente o fumus boni juris - a legislação pátria veda a prática de maus-tratos a animais (CF - artigo 225; Código Estadual de Proteção aos Animais - Lei 14037 de 20/03/03 - artigos 2º e 11; Lei dos Crimes Ambientais - Lei Federal 9605 de 12/02/98 - artigo 32 e Decreto Lei 24465, de 10/07/34) e no procedimento administrativo instaurado pelo autor há relato da situação dos animais utilizados pela empresa de locação de cães de guarda em seus postos de trabalho, o péssimo estado de saúde que se encontram, a ausência de alimentos e água para os mesmos, bem como de local para esconderijo das intempéries, conforme se depreende pela documentação apresentada e o - periculum in mora - se não acolhida a liminar, os animais continuarão a sofrer maus-tratos e, além de correrem risco de vida, poderão colocar em risco, inclusive, as pessoas vizinhas aos seus postos de trabalho. (...)

Os cães utilizados nestas atividades são encontrados, nas sua maioria, desnutridos e desidratados, sem condições de higiene, em locais abandonados, com materiais cortantes ao redor, sem proteção para chuva, enfim, sem uma assistência alimentar e veterinária básicas.

Mesmo que as atividades sejam regulamentadas por uma legislação municipal rígida, os maus-tratos para com tais animais permanecerão. Isto porque, o problema

principal é a clandestinidade das empresas e a ausência de condições eficientes de fiscalização.

Argumentou-se que as atividades relacionadas com a locação de cães não poderiam ser impedidas, sob o fundamento de proteção constitucional.

O inciso XIII, do artigo 5º da Constituição Federal, versa sobre a liberdade de ação profissional, ou seja, a faculdade de escolha do trabalho que se pretende exercer. *In verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Tal artigo trata do direito de cada indivíduo exercer atividade profissional, de acordo com suas preferências e possibilidades e, logicamente, de acordo com os preceitos legais.

Por sua vez, o artigo 225 da CF, aponta em seu inciso VII, a obrigação do Poder Público e da coletividade em proteger todos os animais, colocando-os a salvo de maus-tratos e crueldades. Vejamos:

Art. 225. Todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma de lei, às práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

No mesmo diapasão dá-se a imposição constitucional estadual, conforme artigo 207, parágrafo 1º, X e XIV:

§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade desse direito:

X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade.

Ora, diante do choque de dois preceitos constitucionais, que não são superiores hierarquicamente, deve sempre sobrepujar o interesse público sobre o particular, aplicando-se para tanto, o princípio da primazia do interesse público, função esta, inclusive, que incumbe ao Poder Legislativo Municipal.

Não existe hierarquia entre as normas constitucionais, cujos dispositivos devem conciliar desenvolvimento econômico, bem-estar humano e meio ambiente sadio, o que não ocorre nos casos de locação de cães, cuja proble-

mática é demasiadamente conhecida por esta Promotoria de Justiça.

Nesse sentido, preleciona Laerte Fernando Levai (Manual Prático da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2005. Volume 1. pág. 471)

...não se pode esquecer que a Constituição Federal de 1988, ao vedar a submissão de animais à crueldade, erigiu em cláusula pétrea um dispositivo de conteúdo moral. Embora submetida às regras civis do direito de propriedade, a fauna doméstica acabou sendo igualmente tutelada pelo legislador.

Destaca ainda o ilustre Promotor:

Dentro dos princípios constitucionais da ordem econômica, relacionados no artigo 170 da CF, está o da defesa do meio ambiente, no qual se inclui a proteção aos animais. Isto porque a Constituição pôs a natureza - na mesma forma que a fauna - na condição de bem de uso comum do povo e essencial à sábia qualidade de vida.

Ademais, é pacífico o entendimento de que nenhum direito é absoluto, uma vez que podem ser limitados sempre que houver a hipótese de colisão de direitos, como no caso em tela.

Em um vértice pretende-se a regulamentação de uma atividade particular que utiliza como mão-de-obra cães, com o fim de realizar segurança de imóveis particulares. Do outro vértice, busca-se a proibição de tal atividade, cuja regra consiste em maus-tratos dos cães, premissa esta atestada por documentos constantes em ações civis e demais peças do órgão ministerial.

O ilustre constitucionalista José Afonso da Silva (Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Editora Malheiros, 2001), enfatiza que a defesa do meio ambiente - elevada ao patamar de princípio da ordem econômica - tem o efeito de condicionar a atividade produtiva ao respeito à natureza e, por conseguinte, aos animais que o legislador protegeu da crueldade. Vejamos:

Consta a terminologia direitos do homem, objetiva-se que não há direito que não seja humano e ou do homem, afirmando-se que só o ser humano pode ser titular de direitos. Talvez já não seja mais assim, porque, aos poucos, vai se formando um direito especial de proteção aos animais.

A defesa do meio ambiente é um daqueles princípios que possibilitam a compreensão de que o capitalismo concebido há de humanizar-se.

Desta feita, conclui-se que diante do choque dos preceitos constitucionais é óbvio que o interesse difuso e coletivo deve prevalecer sobre o particular, sob o escopo ainda do princípio da razoabilidade.

Importante frisar a ausência de mecanismos eficazes de fiscalização contra tais atividades, sendo impossível e totalmente inviável o seu controle.

Embora se possa dizer que o princípio da atividade econômica possibilita ao proprietário do animal tratá-lo

como um bem móvel, é evidente que o animal, como criatura sensível capaz de vivenciar emoções, angústias e sofrimentos, tem direito ao respeito e à dignidade.

Há, em meio aos arcaísmos jurídicos brasileiros, imperativos morais categóricos que sugerem uma preocupação ética em relação aos animais, como se vê nas referidas cartas constitucionais - federal e estadual - que vedam a crueldade e, no âmbito criminal, do artigo 32 da Lei nº 9605/98, que tipificou práticas abusivas que maltratem, firam ou mutilam animais domésticos, inclusive (Manual Prático da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2005. Volume 1):

O conflito constitucional de normas, no caso da proteção dos animais no que tange à prestação dos serviços como se pretende regulamentar no presente caso, é apenas aparente. Isto porque um dispositivo constitucional que se opõe à conduta mais terrível que pode recair sobre um ser vivo - os maus-tratos - jamais poderia ser esmagado por interesses mercantis.

Diante de tudo o que foi exposto e relatado, esta Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba opina pela proibição de qualquer atividade de aluguel de cães no município de Curitiba, para o fim de se evitar os maus-tratos a referidos animais.

(a) SÉRGIO LUIZ CORDONI - Promotor de Justiça
Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente
de Curitiba

Parecer Jurídico

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná

EMENTA:

Município. Competência legislativa. Meio Ambiente. Vedação de atividade. Locação de cães de guarda. Serviço de Segurança Privada. Maus-tratos. Constitucionalidade formal e material de lei municipal sobre a matéria.

Consulta

Trata-se de parecer jurídico a ser apresentado à Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Curitiba, relativo à constitucionalidade (ou não) de lei municipal que proíba o exercício da atividade de prestação de serviços de segurança privada na modalidade de locação de cães de guarda. Tal demanda decorre da reiterada ocorrência de maus-tratos aos animais em decorrência desta atividade exercida discriminadamente no município, apontada pelos membros do Conselho Municipal de Proteção ao Animal - COMUPA, presentes em reunião realizada na Câmara Municipal de Curitiba.

Resposta

Inicialmente deve-se destacar que a questão relativa à proibição de atividade reiteradamente causadora de maus-tratos aos animais envolve a edição de legislação sobre matéria ambiente. Essa constatação decorre do fato

de que o bem-estar animal é tratado no Capítulo VI do Título VIII da Constituição Federal, relativo ao meio ambiente, bem como pelo fato da prática de atos de maus-tratos contra animais (domésticos ou silvestres) constituir crime ambiental, nos termos do artigo 32 da Lei nº 9605/88 e infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 17 do Decreto Federal 3179/99.

Assim, a edição de lei municipal que trate dessa matéria deve obedecer as normas relativas às competências legislativas em matéria de meio ambiente previstas na CF. É o que se abordará de início neste arrazoado, para posteriormente averiguar o enquadramento do presente caso nessas competências. Essa averiguação objetiva identificar quais são as competências legislativas ambientais dos municípios na Constituição Federal de 1988.

Pois bem. Estabelece o artigo 24 da CF que compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre, dentre outras matérias: inciso VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; e inciso VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Ou seja: meio ambiente em sentido amplo.

Assim, a competência legislativa da união, dos estados e do distrito federal em matéria ambiental é concorrente. Segundo Paulo de Bessa Antunes (Direito Ambiental 5ª Ed. do Rio de Janeiro: LumenJuris, 2001, p. 62-63), competência concorrente:

...implica que a união deve estabelecer os parâmetros gerais a serem observados pelos demais integrantes da federação (...), cabendo aos estados minudenciar os aspectos da proteção ambiental em concreto. Os estados podem suplementar a legislação federal. Observe-se eu, se inexistente a norma federal, os estados exercerão a competência legislativa plenamente, de modo a atender às suas peculiaridades. No momento em que passe a existir legislação federal sobre normas gerais, a legislação estadual, naquilo que contrariar a norma federal, perde eficácia.

De fato, os parágrafos do artigo 24 estabelecem que:

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da união limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre as normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Destaque-se que a Constituição Federal não inclui os municípios dentro dos entes federativos com competência concorrente para legislar em matéria ambiental.

A competência legislativa dos municípios, assim, está prevista nos incisos I e II do artigo 30 da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...)

Retomando a lição de Paulo de Bessa Antunes - “os municípios não estão arrolados entre as pessoas jurídicas de direito público interno encarregadas de legislar sobre meio ambiente. No entanto, seria incorreto e insensato dizer-se que os municípios não têm competência legislativa em matéria ambiental”.

Como bem destaca José Afonso da Silva (Direito Ambiental Constitucional. 2ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 52), *é plausível reconhecer, igualmente, que na norma do artigo 30, II, entra também a competência para suplementar a legislação federal e a legislação estadual na matéria (ambiental).*

Já Edis Milaré (Direito do Ambiente. 4ª Ed. São Paulo: RT, 2005, p. 231) esclarece que essa competência dos municípios em suplementar as normas federais e estaduais igualmente segue a regra dos parágrafos do artigo 24 da CF, não podendo ignorá-las ou desrespeitá-las.

É evidente então a competência municipal para suplementar a legislação federal e estadual em matéria ambiental.

Além disso, os municípios apresentam a competência legislativa ampla para regular matéria de interesse local, mesmo aquelas que dizem respeito às questões de meio ambiente, nos termos do artigo 30, I, acima transcrito, que não se confunde ou conflita com a competência suplementar.

Há, portanto, competência legislativa do município, em matéria ambiental, para suplementar a legislação federal e estadual e para regular questões de interesse local.

Feito esse panorama das competências legislativas em matéria ambiental, passa-se a analisar a possibilidade (constitucionalidade) do município de Curitiba editar norma que proíba o exercício da atividade de prestação de serviços de segurança privada mediante locação de cães de guarda.

Para tanto, duas questões devem ser analisadas. Primeiramente, a ocorrência de uma eventual inconstitucionalidade formal, especialmente com relação a obediência das competências legislativas acima expostas. A seguir, deve ser feita uma análise de eventual inconstitucionalidade material da norma, ou seja, de eventual conflito entre seu conteúdo e o da Constituição Federal, apenas a título de esclarecimento, destaque-se que o controle concentrado de constitucionalidade - as conhecidas ações diretas de inconstitucionalidade - de leis municipais como regra, não é feito pelo Supremo Tribunal Federal).

Do ponto de vista das competências legislativas, como ressaltado acima, o município apresenta competên-

cia para legislar de forma complementar à união e aos estados, bem como legislar sobre matéria de interesse local.

Ora, a edição de norma que vise proibir atividade que envolva a concorrência de maus-tratos aos animais enquadra-se nas duas hipóteses acima mencionadas (competência complementar e interesse local). Há competência do município em complementar a legislação federal existente que proíbe a prática dos maus tratos, consubstanciada, além da Lei de Crimes Ambientais (acima mencionada), no Decreto 24645/34, que apresenta força de lei e assim foi recepcionado pela atual ordem constitucional, (posto que editado pelo Presidente Getúlio Vargas sob a égide do Decreto nº 19398/30, pelo qual o Chefe do Poder Executivo Federal incorporou a função do legislador, dissolvendo o Congresso Nacional), e define quais as práticas consideradas como de maus-tratos. Dessa forma, sem contrariar essas normas, mas adaptando-as a sua realidade local, pode o município suplementá-la, editando lei municipal sobre a matéria.

Destaque-se que o Supremo Tribunal Federal - STF, ao julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2656/SP e 3645/PR, contra normas estaduais que, respectivamente, visavam a proibição de utilização de amianto crisotila e de organismos transgênicos nos estados fixou entendimento de que há violação da competência complementar quando o ente da federação (no caso estados, mas extensível aos municípios) contraria norma geral editada pela união. Nos dois casos (amianto crisotila e transgênicos), existia legislação federal que permita o exercício da atividade, sendo que o STF entendeu que a competência complementar dos entes da federação não autoriza a contrariar as normas permissivas existentes na legislação federal, motivo pelo qual as leis estaduais foram declaradas inconstitucionais.

Como no caso em tela não há legislação federal que estabeleça normas gerais permissivas sobre a atividade de prestação de serviço de segurança mediante a locação de cães de guarda, eventual proibição (tanto por lei estadual ou municipal), no exercício da competência supletiva em matéria ambiental, não encontra óbice na Constituição Federal.

Além disso, há evidente interesse local na matéria, pois além do bem-estar dos animais existentes em seu território, o controle de atividades com impacto direto e diário na vida de seus cidadãos envolve interesse local do município em disciplinar determinada matéria. Há também evidente interesse na segurança dos cidadãos, tendo em vista que os animais objeto dessa atividade, sem supervisão de qualquer cidadão, podem atentar contra a vida dos munícipes, destacando, novamente, o interesse local de eventual legislação.

Nesse sentido, é de se destacar recente julgamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (autos nº 129.132.0/5-00), que considerou constitucional lei editada pelo município de Limeira/SP, no exercício de sua competência para legislar sobre interesse local, que proibiu a queimada de palha de cana-de-açúcar na sua

colheita. Esse julgamento reforça a competência municipal para regramento de questões ambientais nas quais haja interesse local, posto que a queima de palha de cana-de-açúcar vinha causando diversos males de saúde aos munícipes daquela localidade.

Além desses, são fartos os exemplos de leis municipais que vedam atividades econômicas, no exercício de sua competência legislativa relativa ao interesse local. Destaca-se, dentre eles, o exemplo da Lei Municipal nº 2246/02, do município de Paracatu-MG, que regulou e restringiu a manutenção e circulação de animais da raça Pit-Bull em sua território. Essa lei foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgada improcedente pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em acórdão assim ementado:

ADI. Lei municipal. Manutenção e circulação de animais potencialmente perigosos. Pit.Bull. Criação de despesas e serviço. Inexistência. É da competência local do município cuidar da saúde e da assistência pública e faz parte dessa atribuição agir, preventivamente, contra males que possam ocasionar risco à incolumidade das pessoas. A competência administrativa pressupõe competência normativa complementar, que se exerce mediante lei, cujo projeto não se insere na competência ou iniciativa reservada do Prefeito. Julga-se improcedente a representação de inconstitucionalidade. (ADI nº 000.314.496-1/00. Rel. Des. Almeida Melo. DJ: 27/06/03).

Assim, é de se concluir que o município de Curitiba tem competência legislativa para editar que trate da questão em tela.

Resta analisar eventual inconstitucionalidade de uma proibição da atividade de prestação de serviços de segurança privada mediante locação de cães de guarda.

Sobre essa questão, inicialmente relembre-se que a vedação da prática de maus-tratos contra animais é vedada, na forma da lei, pela Constituição Federal. Tal a relevância dessa proibição que o Supremo Tribunal Federal considerou que no caso concreto da realização da farra do boi no estado de Santa Catarina, essa proteção sobrepõe aos direitos culturais de manutenção daquela prática, impondo ao Governo do Estado de Santa Catarina a adoção de medidas para impedir sua prática (Recursos Extraordinário nº 153531, Rel. Min. Francisco Resek, DOU 13/03/98).

Em sentido semelhante, entendendo que a prática de rinha de galo envolve violação da proibição da prática de atos de crueldade contra os animais, o STF declarou inconstitucional Lei do Estado de Santa Catarina que regulamentou e permitiu tal atividade, conforme se observa do julgamento da ADI nº 2514/SC (Rel. Min. Eros Grau, DJU 09/12/05).

Aproximando a questão da competência legislativa dos municípios, destaque-se o julgamento de diversas ações diretas de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, nas quais foram declaradas inconstitucionais normas municipais que permitiram e regulamentaram tal atividade. (ADI nº

70010148393, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Maria Berenice Dias, Julgado em 11/04/05).

Em igual sentido destaque-se as ADIs nºs 70010148393, 70009169624 e 70000177667, daquele Tribunal de Justiça.

Dessa forma, resta evidente que a ocorrência de maus-tratos contra os animais decorrente de determinada atividade é condição negativa para sua autorização e regulamentação pelo Poder Público Municipal, estando a norma proibitiva em consonância com o mandamento constitucional de a lei proibir as práticas que submetam os animais à crueldade.

Nesse sentido, como destaca o Ministro do STF Eros Roberto Grau (A Ordem Econômica na Constituição de 1988. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 187), o princípio da livre iniciativa não é absoluto (como nenhum princípio o é) e nunca foi. O autor, ao tratar da origem desse princípio (fazendo referência ao direito francês do século XVIII) esclarece que:

Vê-se para logo, nestas condições, que no princípio, nem mesmo em sua origem, se consagrava a liberdade absoluta de iniciativa econômica. Vale dizer: a visão de um estado inteiramente omissivo, no liberalismo, em relação à iniciativa econômica privada, é expressão pura e exclusiva de um tipo ideal. Pois medidas de polícia já eram, neste estágio, quando o princípio tinha o sentido de assegurar a defesa dos agentes econômicos contra o estado e contra as corporações, a eles impostas.

... Importa deixar bem vincado que a livre iniciativa é expressão de liberdade intitulada não apenas pela empresa, mas também pelo trabalho. A Constituição, ao contemplar a livre iniciativa, a ela só opõe, ainda que não exclua a iniciativa do estado; não a privilegia, assim como bem pertinente apenas à empresa.

É que a livre iniciativa é um modo de expressão do trabalho e, por isso mesmo, corolária da valorização do trabalho, do trabalho, livre - como observa Miguel Reale Júnior - em uma sociedade livre e pluralista.

Daí por que o art. 1º, IV do texto constitucional - de um lado - enuncia como fundamento da República Federativa do Brasil o valor social e não as virtualidades individuais da livre iniciativa e - de outro - o seu art. 170, caput, coloca lado a lado trabalho humano e livre iniciativa, curando, contudo no sentido de que o primeiro seja valorizado. (p.190).

Ademais, como se observa o inciso VI do artigo 170 da CF, a defesa do meio ambiente é um dos princípios da atividade econômica na ordem jurídica brasileira, motivo pelo qual a defesa do meio ambiente deve ser observada no exercício de qualquer atividade econômica.

Retomando a lição de Eros Roberto Grau (p. 228).

O princípio da defesa do meio ambiente conforma a ordem econômica (mundo do ser), informando substancialmente os princípios da garantia do desenvolvimento e do pleno emprego. Além de objetivo, em si, é instrumento necessário - e indispensável - à realização do fim dessa ordem, o de assegurar a todos existência digna. Nutre

também, ademais, os ditames da justiça social. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo - diz o artigo 225, caput”.

Dessa forma, conclui-se que o não haveria inconstitucionalidade material em lei municipal que determinasse a vedação de atividade causadora de atos de crueldade contra os animais.

Assim, face ao exposto, opina-se pela constitucionalidade formal e material de eventual lei municipal que determinasse a proibição da atividade de prestação de serviços da segurança privada sob a forma de locação de cães de guarda. Há, no caso em tela, possibilidade de que decisão política (pelos Vereadores do município, como representantes do povo), em aprovar lei municipal com tal conteúdo, sem que seja ferida a ordem constitucional (destaco que na Constituição do Estado do Paraná - a qual eventual norma municipal também deve estar em sintonia - determina: ser princípio do estado do Paraná a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida - art. 1º, IX; e ser direito de todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, determinando ao Poder Público a vedação das atividades que submetem os animais à crueldade, repetindo o mandamento constante na Constituição Federal).

(a) LEONARDO ZAGONEL SERAFIN

O objetivo desta lei é coibir de maneira incisiva a utilização dos animais como aparato de guarda e segurança comercial em nosso estado, banindo de forma definitiva a prática de locação e de toda atividade assemelhada no âmbito estadual.

Tal iniciativa acompanha uma tendência mundial irreversível, no sentido de dar aos animais o respeito e o tratamento digno que merecem. A título ilustrativo, compilamos o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, em seu preâmbulo: Considerando que todo animal possui direitos; considerando que o desconhecimento e o desprezo destes direitos têm levado e continuam a levar o homem a cometer crimes contra os animais e contra a natureza; considerando que o reconhecimento pela espécie humana do direito à existência das outras espécies animais constitui o fundamento da coexistência das outras espécies no mundo; considerando que os genocídios são perpetrados pelo homem e há o perigo de continuar outros; considerando que o respeito dos homens pelos animais está ligado ao respeito dos homens pelo seu semelhante; considerando que a educação deve ensinar desde a infância a observar, a compreender, a respeitar e a amar os animais.

Em que pese essa tendência de respeito e tratamento digno, ainda observamos práticas determinantes do crime de maus-tratos, como a atividade de locação de cães para guarda que pela sua especialidade sujeita o animal à situação de abandono e crueldade.

A denúncia e prevenção contra os maus-tratos aos animais é legitimada, dentre outros dispositivos, pelo artigo 32 da Lei Federal nº 9605/98 (lei de Crimes Ambi-

entais), que diz: *Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos é crime.*

Também é consubstanciada pelo Decreto Federal nº 24645/34, que define como maus-tratos: praticar atos de abuso ou crueldade em qualquer animal, golpeando-o, ferindo-o, ou mutilando-o; manter animais em lugares insalubres; sujeitá-los a trabalhos insalubres; abandonar animal doente ou ferido; infligir-lhe castigos imoderados; utilizar-se dos serviços de animal enfermo e, se sadio fazê-lo trabalhar sem descanso ou alimentos suficientes; manter ou transportar animais em cativeiro anti-higiênicos.

Além das situações definidas pelo Decreto Federal os animais estão sujeitos à exposição a acidentes, a violências e envenenamentos; ausência de assistência veterinária em geral e especialmente nos casos de nascimento de crias; abandono do animal quando indesejável ou que não traga mais lucro. sacrifício de doentes ao invés de tratamento; espancamento e morte quando se defendem.

Um outro aspecto aliado às situações de maus-tratos descritas, são os aumentos significativos de ataques de cães de guarda à população por absoluta falta de controle desses animais que estão em situação de abandono em seus “postos de trabalho”. É importante observar que os cães são animais de companhia por excelência, vêm acompanhando o ser humano desde os seus primórdios, e que a situação de abandono os coloca em condição de extremo sofrimento pela privação de contato afetivo com o seu dono. Além disso, cães destinados à guarda necessitam de adestramento e de acompanhamento de seu dono para efetuar os comandos que lhes são ensinados, o que não ocorre com a atividade de locação de cães para guarda.

Por fim convém lembrar que a existência dessa atividade tem relação direta com o desemprego na sociedade, pois se os cães são os “funcionários” das empresas: a cada cão alugado, um vigia desempregado.

A defesa da proibição dessa atividade foi amplamente discutida pelas organizações de proteção e defesa dos direitos dos animais; recebeu amplo apoio popular para sua aprovação na cidade de Curitiba com cerca de 70% de aceitação comprovada pelas enquetes e pesquisas feitas pela Prefeitura.

Assim, solicito aos nobres Pares desta Casa de Leis a aprovação da matéria aqui elencada e cito o filósofo inglês Jeremy Bentham que há mais de 200 anos atrás já argumentava em favor dos direitos dos animais:

Talvez chegue um dia em que o restante da criação animal venha adquirir os direitos dos quais jamais poderiam ter sido privados, a não ser pela mão da tirania. A questão não é saber se os animais são capazes de raciocinar, ou se conseguem falar, mas sim, se são passíveis de sofrimento.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Dr. Batista.

Apenas salientando aos Srs. Deputados que a partir desta Sessão o controle do tempo será feito pelo painel eletrônico.

Portanto, Dr. Batista, V. Exa. que é o primeiro orador inscrito, após cinco minutos será automaticamente cortado o seu tempo.

Então, pedimos aos Srs. Parlamentares que se atenham dentro do tempo regimental.

Antes de V. Exa. usar a palavra, Dr. Batista, gostaria de solicitar a gentileza da Deputada Beti Pavin para que pudesse substituir a Deputada Cida e ela pudesse nos substituir aqui na presidência, já que temos uma Audiência com vários Srs. Parlamentares na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, Deputados da região sudoeste do Paraná.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Só para sabermos do funcionamento do painel. A partir da hora que é cortado, pelo painel, automaticamente, temos direito a mais algum tempo para concluirmos o pronunciamento?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Veja bem, direito regimental não, mas se estabeleceu de praxe aqui que, após esgotar o tempo regimental, será dado um minuto para que se possa concluir, mas sabendo-se que este minuto, automaticamente, ao findar, será cortado o som.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, se são cinco minutos, são cinco minutos, não são seis.

Acho que V. Exa. deveria aproveitar, já que estamos entrando nessa modernidade que é o painel, de todos se aperfeiçoarem de falar nos 5, nos 10, nos 15, porque senão, aí vai para um, sempre alguém exagera e o senhor perde o controle.

Já que é controle, eu daria esta sugestão à Mesa: vamos tentar hoje fazer no prazo que determina a lei para a coisa funcionar bem?

É a sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Acho que é uma bela sugestão, Deputado Jocelito, embora eu deva reconhecer que V. Exa., pela lida que tem no rádio, tem uma facilidade muito grande de respeitar o tempo, pela experiência que tem.

Então, creio que seja uma boa sugestão.

Passo a presidência à Deputada Cida Borghetti.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Dr. Batista, pelo tempo de cinco minutos.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Muito obrigado, Sra. Presidente em exercício Deputada Cida. Deputada Beti, futura Prefeita, Deputada Rosane, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente.

Hoje, assistindo uma bela aula do Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, da Escola de Governo, junto ao Governador Roberto Requião, realmente as estatísticas de causa de morte nos assustam! Principalmente nós, Srs. telespectadores que estão nos assistindo em casa, preocupados com a sua circulação, nós Deputados que trabalhamos mais com a mente do que com o corpo, corremos também demais e não cuidamos da saúde. Nós temos a vida toda para trabalhar e fazer para os outros. Nem você em casa, nem nós Deputados, nem nós da imprensa, nem os Srs. funcionários têm uma hora para dar para o seu corpo, de exercício, de lazer.

O Secretário de Estado de Saúde, Sr. Gilberto Martin, apresentou uma estatística que já conhecíamos, como somos da área. Ele dizia que as pessoas estão enfartando demais. A primeira causa mundial de morte é o efeito do enfarte, das trombozes por falta de deambular, ou seja, caminhar. A segunda causa de morte são as neoplasias, provocadas, numa porcentagem muito alta, em pessoas que fazem alimentação errada, pessoas que não gostam de alimentação rica em fibras.

E ouvindo o Secretário, ouvindo os comentários muito inteligentes do Governador Roberto Requião, participando de todas as moléstias que o Secretário da Saúde falava e mostrava com muita propriedade, conhecimentos sobre o mosquito da dengue. Ele dizia que hoje em dia as pessoas combatem o mosquito da dengue nos pneus, nas latas, mas esquecem de combater dentro de casa! Sabemos que o ovo do mosquitinho da dengue, um ano parado - aos telespectadores que estão em Casa, em Maringá, em toda região, em Curitiba - se ele tiver contato com água ele vai eclodir, com certeza sai o mosquitinho e você é portador de uma picadinha que pode levar à dengue. O Sr. Governador falou com muita propriedade, fiquei até muito assustado com o conhecimento que o Governador tem. Além de tudo, conhece também sobre Medicina!

Mais contente fiquei ainda, Deputado Edgar Bueno, em Maringá temos o hospital universitário, que tem um grande Reitor que é o professor Décio Sperandio, que fez uma reivindicação que o HU-UEM atende, nada mais nada menos, do que 30 municípios da região. Toda região realmente vem para a cidade de Maringá para que possamos fazer o atendimento, principalmente os primeiros socorros. E o Governador, hoje, muito sensível aos nossos pedidos, ao pedido do Reitor da UEM, ao pedido também do Reitor da Santa Casa de Maringá nos autorizou, e o Secretário Gilberto Martin já está despachando,

R\$ 2 milhões em materiais para que possamos atender todos os nossos pacientes do HU e da Santa Casa.

Veja bem as coisas boas que o nosso Governador faz para a Saúde. Apresentou também, lá na “escolhinha”, tantos hospitais. Já pensou, a Clínica da Mulher e da Criança, 70 municípios já estão com a Clínica da Mulher e da Criança. Atender desde a gestação até o nascimento e a continuidade da nutrição de uma criança. Isso é um Governo que está realmente olhando com bons olhos para a Saúde. Um Governo que me deixou, com certeza, perplexo. Toda a região de Maringá, Paçandu, Sarandi e Marialva, todos que migram para o HU, para a UEM, vão estar com aparelhagem de primeiro mundo.

Então Sra. Presidente...

(É cortado o som - 1 minuto para concluir)

Muito obrigado Sra. Presidente em exercício, Deputada Cida Borghetti.

Estamos muito contentes neste dia de hoje, mais ainda com o que realmente o Governador Roberto Requião está fazendo pela Saúde de Maringá e toda a região. Acredito que com as suas construções, junto com o Secretário Gilberto Martin, vamos trazer uma Saúde de primeiro mundo para o estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Dr. Cheida, por cinco minutos.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Prezada Presidente, nobres Pares.

Hoje o meio ambientalista do Brasil amanheceu, de certa maneira, redimido, e até porque não dizer em festa. O Presidente da República, através do Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança, desencadearam uma operação na Amazônia, Deputado Elio Rusch, e que pretende não ser sazonal, agora, mas perdurar pelo menos um ano. Essa talvez seja, para nós, uma notícia extraordinária.

A Governadora do Pará reclama dizendo que com isso cerca de R\$ 2 bilhões serão perdidos com esta operação de perseguição e apreensão dos infratores por cortes ilegais de madeira.

Mas, fico pensando e gostaria de trazer aqui à nossa Assembléia, Deputada Beti Pavin, um raciocínio. Quanto perde com a devastação da Amazônia, o Paraná? Sim, o Paraná, porque por incrível que pareça, as chuvas do nosso estado do Paraná, do Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo e parte do Rio Grande do Sul, só acontecem por conta da chamada evapotranspiração da Amazônia, onde as massas de água saem principalmente dos alagados e das árvores e se dirigem formando as nuvens que chovem aqui no estado do Paraná. Se pensarmos então, estamos tendo uma situação de prevenção não apenas de devastação da floresta ama-

zônica, mas principalmente da garantia de que o clima e a pluviosidade, tão necessários à produção agrícola e pecuária do Paraná, sejam mantidas e sejam garantidas.

Às vezes, esquecemos que o ambiente é um só. Imaginamos que o corte na Amazônia diz respeito apenas aos amazônidas. Ledo engano. O Brasil, como um todo, eu diria até o próprio planeta, tem na Amazônia um verdadeiro refrigerador, mas antes disso, um grande produtor de águas, de chuvas e um grande estabilizador do clima.

Portanto ocupo a tribuna, na qualidade de Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia, para enaltecer essa medida que me parece de extraordinária importância. Primeiro atingir o cerne da questão na Amazônia: é preciso acabar com os madeireiros ilegais, mesmo que isto custe os R\$ 2 bilhões que a Governadora do Pará diz custar.

Segundo, é fundamental que operações como estas não sirvam apenas para dar mídia, para dar notícias nos jornais, mas que sejam operações que possam vir a lastrear uma nova política no país, não se restringindo apenas a fatos episódicos, mas que esteja no coração do Governo, para que tenhamos a perspectiva, mesmo que ainda débil, de que o clima, a estabilização climática no Brasil poderá vir a ser contemplada com seriedade.

Além disto, gostaria de muito rapidamente fazer uma convocatória aos membros da Comissão de Meio Ambiente para que amanhã, na sala de reuniões da presidência pudéssemos ter nossa reunião, onde discutiremos dois assuntos: como é que vamos ajudar o estado a retirar o BHC e os demais agrotóxicos que são proibidos, que estão estocados nas fazendas, nos sítios, na zona rural do Paraná.

É uma discussão importante. Faremos um debate. A Comissão protagonizará este debate. Mas amanhã estaremos decidindo a organização do mesmo. Convido a todos as representantes da nossa Comissão: Deputados Rosane, Belinati, Kielse, Litro, Reni Pereira, Osmar Bertoldi e os suplentes que compõem nossa Comissão.

E por fim, também discutiremos uma eventual, uma possível ida a Dois Vizinhos, onde um derramamento de óleo - não sabemos ainda a origem, mas suspeita-se - contaminou seis nascentes e um rio, o rio Giral Alto, naquele município. Já solicitamos, através da Comissão de Meio Ambiente, a inspeção por parte da MINEROPAR, com perfuração do solo e o inventário ambiental. O IAP está tomando suas providências. Desde o primeiro momento o IAP se colocou de prontidão e tem inspecionado o local. Mas, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, a convite do Deputado Litro - um de seus membros - possivelmente se faça presente naquele município, para supervisionarmos os trabalhos que estão sendo feitos.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhando o Dr. Batista, que fez um pronunciamento sobre a Saúde, mas como era Pequeno Expediente não tive oportunidade de apartear seu discurso. Mas, eu gostaria muito e quero falar sobre isto.

Temos aqui, Curitiba e região metropolitana, um grande dilema também, Deputado, que é um problema que eu considero necessária uma nova repactuação dos recursos que hoje são destinados a Curitiba e aos municípios da região metropolitana, porque na época que foi feito esse cálculo, Curitiba evidentemente tinha muito mais habitantes do que a região metropolitana. E hoje é evidente que a população da região metropolitana se iguala com a população de Curitiba. E nós da região metropolitana somos prejudicados, porque os recursos destinados à região metropolitana são bem inferiores ao que é destinado para Curitiba.

Li uma reportagem na Gazeta do Povo, na semana passada, onde o Prefeito Beto Richa reclama que os problemas na Saúde de Curitiba quem causa são os moradores da região metropolitana que vêm aqui fazer fila em Curitiba. O problema é que Curitiba recebe muito mais recursos, e quando o nosso sistema é organizado de uma forma única, então Curitiba não vai estar gastando mais com a saúde da população da região metropolitana, eles já estão recebendo por isso. Considero uma discussão séria a esse respeito, para que a população da região metropolitana também tenha as mesmas condições de atendimento que Curitiba, e aí vai ficar bom para a região metropolitana e para Curitiba.

Temos aqui a presença do Vereador Zezinho, do PMDB de Pinhais. Ele é testemunha lá de como as pessoas sofrem, por exemplo, com a questão da Saúde. Colombo, quando a Deputada Beti era Prefeita, ela organizou melhor a Saúde. Pinhais, que a Prefeitura não dá a atenção necessária que os moradores precisam, infelizmente eles têm que procurar Colombo e têm que procurar aqui em Curitiba. Acho que deveríamos estar estudando essa questão com maior profundidade.

No transporte coletivo então é uma verdadeira discriminação. Os Prefeitos da região metropolitana não têm a prerrogativa nem para mudar um ponto de ônibus. A nova lei aprovada aqui em Curitiba, os únicos três artigos que permitiam o mínimo de participação da região metropolitana na definição do transporte coletivo integrado, infelizmente foram vetados esses artigos. E nós continuamos assim: quando o transporte coletivo precisa dar uma enxugada para manter o lucro das empresas, aonde diminui o número de ônibus? Aonde são tiradas algumas linhas? Sempre na região metropolitana.

Temos ouvido reclamações diariamente de usuários que dizem que tinha ônibus de 15 em 15 minutos e de uma hora para outra, agora, é só de meia em meia hora; à noite, agora, é a cada uma hora.

Enfim, estamos percebendo que não é possível mais ficar o transporte coletivo coordenado por uma empresa de Curitiba, que infelizmente vai sempre favorecer Curitiba. Não que Curitiba não deva ter um transporte de qualidade, mas o que reivindicamos é que a região metropolitana tenha uma maior participação na definição e no gerenciamento desse sistema de transporte coletivo.

No ano passado realizamos um fórum em Pinhais para discutir essa questão, e este ano vamos promover em outros municípios da região metropolitana, para ver se vamos, cada vez mais, sensibilizar as autoridades para que consigamos mostrar a Curitiba que é preciso ter mais atenção para todos, de uma forma geral.

Não é possível ver Curitiba de uma forma isolada. Curitiba está integrada com os municípios da região metropolitana e é assim que tem que ser vista e administrada. Tem que haver uma maior participação dos Prefeitos, das autoridades desses municípios, para que a população seja atendida de uma forma igual.

E a questão crítica que considero é na área de transporte coletivo e saúde. Devemos chegar no meio termo, onde seja bom para ambas as partes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Ademar Traiano, que irá usar o horário do PSDB.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O motivo que me traz esta tarde é um assunto pertinente à região sudoeste do Paraná. Região onde nasci politicamente, onde construí toda a minha vida política e empresarial. Não poderia ficar calado neste momento, quando uma decisão do Governo prejudica a região sudoeste do Paraná. Levanto o tema aqui, até porque, da forma como o Governo, o seu Coordenador da Receita Estadual procedeu, poderá, no mesmo sentido, tomar iniciativas como esta que tomou no sudoeste do Paraná, também nas regiões dos Srs. Deputados.

O sudoeste do Paraná é uma região colonizada por gaúchos e catarinenses, verdadeiros empreendedores. Cresceu com uma agricultura forte, de pequenas propriedades colonizadas por italianos, que fizeram daquela região uma das mais bem estruturadas regiões do estado do Paraná, economicamente.

Temos na nossa região sudoeste do Paraná exemplos de um processo de industrialização alicerçado pela vontade determinada e corajosa dos nossos empreendedores. Nenhum empreendimento da região sudoeste do Paraná nasceu com incentivo ou com apoio governamental. Todos os empreendimentos da área industrial surgiram da vontade ousada, corajosa, aguerrida do homem empreendedor do sudoeste do Paraná, que trouxe na sua

bagagem a bagagem dos colonizadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Temos na região sudoeste do Paraná as melhores empresas, referências em nível nacional no ramo de confecções. Uma das principais indústrias do Brasil está instalada no sudoeste do Paraná. Empresa que gera 1.500 empregos, localizada na cidade de Ampére.

Este segmento o sudoeste do Paraná emprega hoje, no ramo de confecções, mais de 5 mil pessoas, mas especificamente na região de Francisco Beltrão, seguindo até a fronteira. Além disso, temos um grande pólo tecnológico instalado na cidade de Pato Branco, que é orgulho para o Brasil, alicerçado pelo antigo CEFET e, agora, Universidade Tecnológica, que forma os profissionais lá e praticamente todos eles são aproveitados nesse centro tecnológico.

Faço esse breve histórico, Srs. Deputados, para que os senhores tenham noção da importância que tem o sudoeste do Paraná no contexto econômico e no rendimento de divisas para economia do estado. Faço essa avaliação para que os senhores tenham noção da gravidade do problema que trago, agora, neste instante. Tema este que já foi fruto de um pronunciamento feito há alguns dias atrás, pelo Deputado Augustinho Zucchi, quando abordava a questão do fechamento da Delegacia da Receita Estadual na cidade de Pato Branco.

Pois bem, Srs. Deputados, essa Delegacia historicamente existe na região, há praticamente 30 anos, atende 42 municípios da região sudoeste do Paraná, gera uma despesa mínima ao Governo, porque lá estão inseridos neste contexto, apenas 20 funcionários - entre o Delegado, demais auditores e fiscais - na cidade de Pato Branco, em prédio próprio. No entanto, por motivos que realmente não conseguimos entender e compreender, Deputado Reni - V. Exa. que é ligado à Secretaria da Fazenda sabe exatamente o que estou alegando - na calada da noite, o sudoeste do Paraná recebe a informação que a Delegacia da Receita Estadual estará fechada, bem como a Delegacia Estadual da cidade de União da Vitória.

Srs. Deputados, é uma decisão unilateral do Governo do Estado. Não sei se é, ou se sabe, ou não sabe o Sr. Governador do Estado, mas quero crer que o Governador deva ter conhecimento, até porque Secretário, que é um homem que respeito, Dr. Heron Arzua, um grande tributarista, competente Secretário, deve ter lhe informado, ou é uma decisão, como afirmei, unilateral, quem sabe, do próprio Coordenador da Receita do Estado, Luiz Carlos Oliveira.

Estivemos na Secretaria, há questão de uns 20 dias, quando alguns profissionais da área, contabilistas, Vereadores, Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná aqui estiveram, para que pudéssemos fazer um movimento no sentido de fazer com que convencêssemos o Secretário para que tomasse uma decisão mantendo a nossa Delegacia aberta. Estivemos lá - o Deputado Augustinho Zucchi e eu - e lamentavelmente

estiveram representantes dos Srs. Deputados da Bancada do Governo que representam o sudoeste do Paraná, mas que, infelizmente, não tinham voz para se impor ou se insurgir a essa decisão do Governo com relação ao prejuízo incalculável que estão causando para com a região sudoeste do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Lamento, Srs. Deputados, até porque tenho a compreensão de que essa decisão é meramente política, não é técnica. A alegação afirmada pelo Coordenador da Receita Estadual de que essa decisão é técnica cai por terra, até porque se formos analisar, todos os indicadores da Delegacia da Receita Estadual de Pato Branco com relação à Delegacia Estadual da cidade de Guarapuava, onde se pretende fazer com que os nossos empresários se dirijam até a cidade de Guarapuava e Cascavel, todos os indicadores econômicos são favoráveis ao sudoeste do Paraná.

O que não conseguimos entender, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que o Governo toma uma decisão desta natureza, voltando as costas à uma região, que deu ao Governador Roberto Requião uma das mais expressivas votações. O Governador Requião ganhou na região sudoeste do Paraná, com aproximadamente 80 mil votos de diferença, ao adversário. O que mais me chama e atenção, quando afirma o Coordenador da Receita que essa decisão é técnica, porque a cidade de Guarapuava tem uma estrutura nova, de 3.550 m2 recém construídos, Deputado Reni, para abrigar a Delegacia da Receita Estadual, que vai atender aos interesses do sudoeste do Paraná.

Ora, não posso conceber, um Governo que prega pela decência, a moralidade e a economia do dinheiro público, investe - nada contra a cidade de Guarapuava, pelo contrário, louvo a iniciativa dos seus Líderes de ter lá uma Delegacia da Receita Estadual - não posso concordar com a ganância do dinheiro público, Deputado Luiz Carlos Martins, quando se prega aos quatro cantos deste estado, quando se fecham, como o Governador tem feito em algumas coisas neste estado, em alguns órgãos, sob a alegação de que é para a economia do estado. Não é verdade, porque uma obra de 3.500 m2, com 27 funcionários, 100 m2 para abrigar um funcionário, qualquer empresário da iniciativa privada que pensar nessa natureza está fadado à falência própria. A iniciativa privada não trabalha dessa forma.

Portanto, é inconcebível que o Governo tome essa decisão com a alegação de que, a partir de agora, todas as certidões serão fornecidas via internet. Ora, se é possível conseguirmos certidões via internet, por que o Governo não extingue a Delegacia de Guarapuava e faz com que todos se dirijam à capital do estado? Porque facilitaria a vida de todos os cidadãos da região sudoeste, noroeste e oeste do Paraná, se é esse o desejo. Mas isso não, Srs.

Deputados. O que o Governo está fazendo é tomar uma decisão política, que contraria os interesses da nossa região.

É por isso que ocupo a tribuna, para conclamar aos Deputados do Governo, Srs. Deputados da região, sudoeste, que deveriam vestir a camisa, erguer as suas vozes e contrariar a decisão do Governo e não se curvarem a essa decisão.

Parece-me, Deputado Reni, que agora estão na Secretaria da Fazenda. Na reunião inicial lá não estive-ram, foram apenas os seus representantes. Como amanhã teremos um grande envolvimento na capital, virão da região sudoeste do Paraná ônibus com lideranças empresariais, sindicatos de contabilistas, enfim, todos os segmentos representativos da região estarão aqui. Agora, acordaram.

Espero que os Srs. Parlamentares que têm força e voz no Governo, possam inverter essa situação, em benefício do sudoeste do Paraná.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Reni.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Ademar Traiano, estive no sudoeste do Paraná, como V. Exa. muito bem falou, essa não é uma briga do sudoeste ou do sul do estado do Paraná.

Estive, a pedido do Sindicato dos Contadores de Foz do Iguaçu, no sudoeste, para ver de que maneira poderíamos ajudar, porque as lideranças estão muito decepcionadas, não com os Deputados, V. Exas. que estão pedindo uma resposta do Governo: qual o critério?

Quero, só para não tomar muito o seu tempo, lembrar de quando foi a briga do ex-Deputado Aníbal Khury para abrir a Delegacia de União da Vitória, sequer comunicaram que um dos representantes, que é o seu neto, nosso 1º Secretário Alexandre Curi, do fechamento dessa Delegacia de União da Vitória. Sabem quando reabrirão, se não houver uma mobilização desta Casa? Dia de "São Nunca", de tardezinha. E muito bem falou V. Exa. que não é bem assim, nem tudo é pela internet. Se o contribuinte tentar tirar uma certidão negativa e tiver um débito de IPVA no nome de um dos sócios da empresa, ele tem que levar o comprovante para retirar essa certidão, para participar de uma licitação, para imprimir um bloco. Ele terá que fazer 300 quilômetros para que alguém digite a chave.

Então, não pode se permitir esse fechamento, porque o contribuinte tem direito, ele paga imposto e tem direito de manter a representação em Pato Branco e União da Vitória.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Reni.

Para concluir, Sr. Presidente, agradeço seu aparte e realmente V. Exa. é um expert no assunto e estará dando uma contribuição enorme amanhã nessa Audiência Pública que acontecerá aqui no plenarinho da Assembléia. De antemão já convidamos os Srs. Deputados para

que participem e nos ajudem, porque na seqüência outras regiões do estado poderão estar...

(Cortado o som)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência justifica a ausência do Deputado Dobrandino da Silva, que se encontra na sua cidade Foz do Iguaçu, em companhia do Governador Requião, bem como diversos Deputados do sudoeste que tinham encontro hoje na Secretaria de Finanças.

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Edgar Bueno, por cinco minutos.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje me manifesto aqui para falar de Saúde. Mas, antes de falar propriamente de Saúde do estado do Paraná, quero mostrar aqui uma revista de São Miguel do Iguaçu, e nesta revista está mostrando as obras através da presença do Prefeito Nélio e do Prefeito Eli Chelleri, que foi Deputado também nesta Casa.

Quero parabenizar pelos bons feitos naquela cidade, pela organização econômica da cidade. Me diz o Prefeito e o Vice que estão honrando todos os compromissos e diminuindo a dívida pública daquele município, com isso tendo oportunidade melhor para investir em escola de tempo integral e também cuidar da Saúde. Embora, me diz o Prefeito, que é difícil, mas que a Saúde está em ordem em São Miguel do Iguaçu. Por isso esse registro.

Acompanhei o pronunciamento do Dr. Batista, lá de Maringá, e que hoje esteve na “escolinha” do Governo, assistiu o Governador Requião liberar muitos recursos para aquela região, principalmente da área de Saúde.

Mas o Dr. Batista, ao se manifestar, prestou verdadeiros elogios ao Governador. E quero dizer, Dr. Batista, com todo o respeito que lhe tenho, com a amizade que nutro com V. Exa., algumas questões tenho que discordar. Falei com o Líder do meu partido, Deputado Luiz Carlos Martins, do PDT, por ele ser Líder do meu partido, por ser um Deputado de Curitiba e da região metropolitana, perguntei: como está a Saúde de Curitiba e da região metropolitana? Luiz Carlos Martins me afirmou e confirmou que a Saúde está um verdadeiro caos. E me parece que não é um lamento só seu. É o lamento de uma população da grande região metropolitana, mas que também vem de todo interior do Paraná. O passeio das ambulâncias continua. As prefeituras dos municípios mais distantes e menores, estão investindo apenas em ambulâncias.

Imaginem a dificuldade de um cidadão assalariado ou desempregado que precisa da Saúde Pública e que vai para as filas dos hospitais e fica dois, três dias com, muitas vezes, a perna quebrada, semi-enfartado, com problemas sérios de saúde e não são atendidos, por quê? Porque o Sistema Público de Saúde não condiz com a capacidade da realidade da demanda que temos hoje.

Por isso, Dr. Batista, este registro, embora sei que com seu trabalho V. Exa. tem levado bons recursos para amenizar esta situação da região de Maringá. Nós respeitamos, parabenizamos pela conquista, mas o Governo Requião não tem prezado os investimentos que deveria fazer e, principalmente agora, depois da aprovação da Emenda 029.

Saiba V. Exa. e os demais Parlamentares que nos anos de 2006 e 2007, o Governo do Estado do Paraná não investiu os 12% que diz a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e também a Constituição. Por que o Governo não investiu os 12%? Não passou de 7% na Saúde Pública. Porque o Governador incluiu como investimentos na Saúde Pública, investimento no Hospital Militar, manutenção do Hospital Militar...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

Saneamento básico, importante para a saúde, saneamento básico, importante para a qualidade de vida das populações de todas as cidades do Paraná e do Brasil, mas o investimento no saneamento básico não pode ser incluído, Deputado Elio Rusch, no investimento dos 12% da Saúde. Vigilância ambiental, Leite das Crianças - sei o quanto é importante o Leite das Crianças, reconheço um projeto bom do Governador Requião, sei que é importante para uma criança mal nutrida, para um pai, uma mãe desempregada, que muitas vezes depende daquele litrinho de leite para poder criar o seu filho, com precariedade, é claro, mas consegue um alimento adicional para que esse filho, essa filha possa ter saúde para poder aprender.

Como é difícil você imaginar uma criança com o estômago vazio, sentada em banco escolar tentando aprender e as suas próprias forças não lhe permitem que ela possa receber esses conhecimentos.

Então, o Leite das Crianças, Deputada Beti, é importante, mas não pode ser computado nos 12% da Saúde. O Ministério Público notificou o Governo do Estado no ano de 2006 e também 2007, mostrando que os investimentos são necessários, os investimento determinados por lei, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela sensibilidade de um Governo que se preocupa com as pessoas menos abastadas, com as pessoas que têm dificuldades na vida. O Ministério Público notificou, mas não precisaria, Deputado Douglas, o Ministério Público

ter que notificar para o Governo fazer exatamente aquilo que é de sua responsabilidade.

O Sr. Dr. Batista (PMN)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Edgar Bueno, estou acompanhando atentamente o seu discurso, o senhor reproduzindo algumas partes das minhas palavras, da aula da “escolinha” hoje. A aula da “escolinha” hoje foi com o Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, que vem fazendo um trabalho maravilhoso. Sei do trabalho que o senhor faz, que é um trabalho muito sério em Cascavel. O Secretário de Estado da Saúde esteve na semana passada em Cascavel, vendo todas as dificuldades dos hospitais, da UTI, e com certeza, espero que o senhor encontre o Secretário da Saúde, converse com ele e com essa capacidade que o senhor tem de ser um grande Deputado - já foi um grande Prefeito, quem sabe será novamente - o senhor com certeza trará uma Saúde de primeiro mundo, desde que tenha também ajuda do Governo Federal, porque só com o Governo Estadual, em nenhum lugar do mundo a Saúde será de primeiro mundo.

Obrigado pelo aparte e desejo ao senhor muita sorte, muita sorte mesmo, não só nesse trabalho que o senhor faz aqui na Assembléia, mas no que o senhor faz em toda Cascavel e região.

Muito obrigado.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Deputado Dr. Batista, é uma responsabilidade dos municípios, uma responsabilidade do Governo Estadual e do Governo Federal. Gostaria muito que o Governo Federal não viesse com a desculpa de ter perdido a CPMF para diminuir os investimentos na Saúde! Espero que o Governo Federal continue investindo na Saúde, porque da CPMF que foi criada para resolver o problema da Saúde ia uma migalha para a Saúde e o resto era para ganância, para outros investimentos não tão importantes como é a questão da Saúde da população! Portanto o Governo Federal deve continuar investindo.

Temos aqui, Dr. Batista, o papel da fiscalização das ações do Governo, as pessoas confundem, acham que o Deputado vai resolver a Saúde, o problema lá de tal município. Não, um Deputado como o Deputado Péricles, o Jocelito e tantos Deputados brilhantes de Ponta Grossa, eles têm o poder da articulação, o poder da crítica, o poder de buscar o entendimento e assim ativamente, gerenciando para que o Governo que tem essa obrigação possa resolver ou minimizar os problemas da Saúde da população.

Antes quero registrar também, Deputado Plauto, que é um homem que tem brigado tanto pela Saúde, Marcelo Rangel, quero ceder um aparte ao ilustre Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Deputado Edgar Bueno, ouço com atenção o seu pronunciamento e quero dizer a V. Exa. que usamos esta tribuna, a exemplo de V. Exa. e de tantos outros Deputados, e que não é por falta de aviso dos Parlamentares da Oposição que o Governo, muitas vezes, incorre em alguns erros. O que ele usa para contar os 12% que o Governo é obrigado a gastar na Saúde, nós alertamos, aliás aprovamos aqui na Assembléia Legislativa, quando do orçamento, se não me falha a memória, uma emenda do Deputado Tadeu Veneri, que excluísse da despesa da Saúde o saneamento, não o saneamento todo, só o ParanaSan. O que era o ParanaSan? Um empréstimo que o Governo do Estado fez junto a organismos internacionais e que este recurso não poderia ser usado para atingir os 12% da Saúde e o Governo usou!

Hoje V. Exa. ocupa a tribuna, faz um pronunciamento maravilhoso em relação aos gastos ou àquilo que o Governo usa, indevidamente, para atingir o índice exigido pela Constituição.

Parabéns a V. Exa. e quero dizer que não foi falta de aviso dos Deputados da Oposição.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Deputado Edgar Bueno, agradeço pelo aparte e tenho certeza, Deputado, que aqueles que nos assistem pela TV Assembléia, neste momento, estão concordando com V. Exa. e se pudessem interagir com V. Exa. estariam ligando. Até sugiro que eles mandem, se tiverem e-mail que mandem, é importante que liguem para a Assembléia Legislativa. Esta Casa aqui é uma Casa de ressonância, mas a questão começa na própria casa da gente.

Deputado Edgar Bueno, o Hospital da Polícia Militar, os médicos estão deixando o hospital pelos baixíssimos salários, pela falta de condição de trabalho. É uma penúria o que o povo está vivendo. A saúde é um caos, volto a afirmar a V. Exa. A Saúde está na UTI e precisamos da nossa voz. Voz para poder levantar, para poder reclamar e reivindicar.

Parabéns ao nosso companheiro de partido, esse baluarte, lutador, futuro Prefeito de Cascavel, Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

O meu tempo está acabando, vou ter que voltar a esse assunto para falar também da Saúde da região do oeste do Paraná, do hospital regional de Cascavel e dos grandes problemas que temos.

Porém, vou fazer o último registro aqui, que dá tempo. Hoje passou pela CCJ parecer favorável para que tenha eleição direta no Colégio Estadual. Único colégio estadual do Paraná que não tinha eleições diretas. Pois bem, passou aqui nesta Casa, e espero que isso sirva de exemplo para o Governador Roberto Requião, para não nomear mais o segundo colocado, como aconteceu na

UNIOESTE, no oeste do Paraná. Nomear aquele que realmente foi o vencedor. Temos que respeitar as decisões das urnas. Temos que respeitar a comunidade acadêmica. Temos que respeitar a vontade dos professores. Não que o outro não tenha qualidade. Tem, mas temos que respeitar aquilo que é a essência da democracia. Temos que respeitar aquilo que é o alicerce da democracia. Como é que vamos discutir democracia se não praticamos a democracia? Então, o oeste do Paraná está reclamando...

(Cortado o som - 1 minuto para concluir)

... continuam os reclames lá do oeste do Paraná, principalmente com a Secretária Lygia Pupatto, que inventou uma fórmula de anunciar um empate técnico e embrulhou o Governador, nomeando aquele que não era de desejo da comunidade.

Portanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, fica aqui o meu agradecimento pela atenção e pelo aparte. Essa questão da Saúde, nós deveremos voltar nos próximos dias.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequenos Expediente com a palavra o Deputado Elio Rusch, por cinco minutos.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Uso o Pequeno Expediente para transmitir para os Srs. Parlamentares que nos últimos dias, os Deputados da Oposição têm cobrado insistentemente do Líder do Governo e do Governo do Estado, as informações que foram apresentadas e aprovadas no plenário, e que nós não obtivemos a resposta por parte do Executivo.

Pois bem, apresentamos no ano passado, no dia 28 de novembro, um pedido de informações. Fomos procurados por alguns agricultores dos municípios da Lapa, Porto Amazonas e Palmeiras. Pequenos agricultores que trouxeram, uma reclamação para nós, dizendo que lá tinha uma propriedade que usava uma bomba para espantar as nuvens de granizo e o efeito dessa bomba era para ser de uso, única e exclusivamente para espantar o granizo. Mas os agricultores dizem que estas bombas que estão sendo usadas e que chegam a uma altura de até 12 km - e a Deputada Rosane, Deputada do município de Araucária, deve conhecer o problema também, com toda certeza deve ter procurado outros Parlamentares - os agricultores dizem que espanta a chuva num raio de até 12 km.

Mas, por que digo isso aos Srs. Parlamentares? Vejam, temos diversas considerações. Pedimos para o IAP as seguintes informações: A utilização do aparelho em questão, na situação e localidades descritas, estão de acordo com as formalidades exigidas pelo órgão de controle e fiscalização ambiental? É legal o uso de tal apare-

lho? Há estudo de impacto ambiental ou relatório de impacto ambiental? Apresente. Há efetivo desequilíbrio ambiental causado pelo aparelho? O IAP fiscaliza periodicamente o uso do aparelho nesta região, no caso de ser autorizado? Apresente laudos. Que o IAP providencie em caráter emergencial a regularização do uso da bomba.

Este foi o pedido de informações que apresentamos e foi aprovado pelo Plenário. Agora, vejam o que o IAP respondeu. Encaminhou para a Assembléia Legislativa um parecer técnico do dia 25 de maio de 2006. O parecer técnico se refere a autorização para que a empresa pudesse instalar este equipamento.

Recebemos uma denúncia. Fizemos a V. Exa., Deputado Cheida, que foi Secretário da Secretaria do Meio Ambiente. Recebemos a denúncia. Perguntamos se o IAP estava fiscalizando, se estava de acordo. E o que é que eles responderam? Um parecer técnico emitido em 2006! Que não tem absolutamente nada a ver com as dúvidas que nós tínhamos.

Srs. Deputados, é desta forma que o Executivo, o Governo, as Secretarias tratam os Parlamentares. Deputado Nelson Justus, vou devolver para V. Exa. as respostas que recebi. Espero que a Mesa reencaminhe este pedido de informações, porque é um desrespeito não para com este Parlamentar, mas é um desrespeito para com a Casa, para com o Parlamento do nosso estado. Nada a ver com as questões que perguntamos. As dúvidas que persistem, continuam.

Vou encaminhar isto para os agricultores, para as lideranças dos municípios que acabei de citar. Devolvo este pedido de informações à Mesa, para que a Mesa reencaminhe e peça as solicitações, que informe aquilo que solicitamos. Não é desta forma que poderá haver uma convivência harmônica entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo do Estado do Paraná. Somos Poderes independentes, mas harmônicos. Acima de tudo tem que existir o respeito para com o Parlamento. Devolvo, desta forma, à Mesa da Casa.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello, que tem 15 minutos.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de convidar a todos os Parlamentares para que comparecessem a uma grande Audiência Pública, convocada pela Comissão de Educação, a qual presido, que ocorrerá neste plenário a partir das 8h30 da manhã do dia de amanhã. Inicialmente a Audiência estava marcada para o plenarinho, mas como temos informação de que dezenas de ônibus de alunos que con-

cluíram estes cursos estarão presentes aqui, nós contamos com a compreensão do Deputado Reni e trocamos de local com ele. Ele fará a sua Audiência no plenarinho e nós faremos a nossa aqui neste plenário da Assembléia.

Convidamos todos os envolvidos nessa grave questão que atinge quase 40 mil cidadãos paranaenses. Convidamos a Secretaria da Ciência e Tecnologia, Secretaria da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação, APP, VIZIVALI, a UNDINE, o IESDE, delegação de alunos, Deputados Estaduais da Comissão de Educação e Deputados envolvidos nesse processo que está em todo o Paraná. E pude constatar em algumas reuniões que fiz em algumas cidades, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o clima dos alunos é de revolta, afinal de contas pessoas que se sacrificaram, pagaram por um curso, viajaram longe de suas casas, concluíram o curso com dedicação, e e repente não consegue ter resolvida a questão do registro dos seus diplomas.

Tentamos inicialmente através de um projeto de lei, houve a concordância da Secretária Lygia, inicialmente o projeto concedia o registro do diploma para aqueles alunos que cumpriam os pré-requisitos para a realização do curso, conforme assim entende o Conselho Estadual de Educação. O Deputado Caíto entendeu que todos que fizeram o curso - e o Governador não entrou no mérito da questão, o veto é um veto pela legalidade, entendendo que a Assembléia não tinha condições de legislar sobre um tema que é de prioridade, iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

Mas, na verdade, o que está por veto é que há uma posição contrária do Ministério da Educação, o Ministro assumiu essa posição quando esteve aqui no Paraná pelo parecer do Conselho Nacional de Educação de um conflito no entendimento entre os dois conselhos, o Conselho Estadual e o Conselho Nacional. O Nacional entende que esse curso é um curso à distância, e portanto competia ao Conselho Nacional legislar e regulamentar esse curso, e ele não aceitou. O Conselho Estadual entende que é um curso semipresencial, e portanto é de sua competência. Portanto, é um problema sério mas que tem que ser resolvido. O que está em jogo é uma situação de pessoas que agiram com a maior da boa-fé, fizeram curso reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, repito: pagaram por esse curso. E esses cidadãos são mais de 35 mil e não podem ficar nesta situação, sendo prejudicados nas suas carreiras profissionais.

É importante que se diga que a UNDINE, que é uma entidade respeitada em todo o país, que representa os Prefeitos, os Secretários de Educação dos municípios, que é a quem compete a universalização do ensino básico, eles dedicaram todos os esforços para que esse curso fosse realizado. Alunos que fizeram o curso, foram aprovados em concurso público nos municípios, para poder lecionar nas séries iniciais do ensino fundamental, e agora têm as suas carreiras completamente comprometidas. Devemos sair dessa Audiência amanhã com uma proposta unificadora, que será levada, se for necessário, ao próprio Presidente da República e ao Congresso Nacional.

Conversei com o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, Deputado que faz parte da Comissão de Educação da Câmara Federal, ele já está atuando nesse sentido, e temos esperança que com a mobilização nós possamos ter uma vitória nessa causa, que não é causa do Deputado Péricles, do Marcelo Rangel, Deputado Edgar Bueno, Luciana, Caíto, é uma causa que atinge a todos os paranaenses.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Primeiramente gostaria de dizer que precisamos reconhecer e muito o seu esforço, o esforço do Presidente da Comissão de Educação para tentar resolver o problema da VIZIVALI. O senhor está se esforçando há muito tempo, assim como todos os Deputados aqui da Assembléia Legislativa, mesmo porque nós aprovamos o projeto na CCJ, em regime de urgência, foi para outras comissões e, a toque de caixa, conseguimos aprovar nesta Casa.

Mas não consigo entender porque o Governador Roberto Requião vetou o seu projeto, se ele poderia ter resolvido esse problema já.

Deputado Péricles, me somo a sua luta, porque sei o quanto essas pessoas estão sofrendo e precisando de apoio neste momento, mas, devido a um descuido do Governador em vetar esse projeto, estamos nos arrastando com esse problema.

Muito obrigado!

O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)

Parabéns pelo seu projeto!

Fui o Relator desse projeto e relatei favoravelmente. E a Casa compreendeu e aprovou, mas o Governador vetou, deve ter lá suas razões e V. Exa. poderá explicar depois.

O sistema IESDE de Educação não nasceu por nada. Ele nasceu porque o MEC autorizou. Brincaram com a sensibilidade dessas pessoas. Tenho que me manifestar, pois são mais de 30 mil que se formaram e hoje estão impedidos de ascensão na sua grade curricular e têm grandes problemas no seu reconhecimento. Temos que criar os mecanismos para resolver o problema dessa gente.

Amanhã estarei nesta Audiência Pública. Convoco todos os Srs. Deputados para que se somem a esta luta que vai resolver o problema de mais de 30 mil pessoas que hoje estão impedidas pelas trapalhadas do MEC.

Muito obrigado!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

O que radicalizou o processo foi a posição do Ministro da Educação e Cultura. A posição do MEC é radicalmente contra, porque entende que quem tem a competência para autorizar cursos é o MEC. Essa é a razão do veto do Governador Roberto Requião. A solução definitiva desse problema passa, hoje, pela mobilização de todos os envolvidos. Se for preciso, repito, iremos até o Presidente da República. Se for preciso uma legislação federal vamos solicitar aos Deputados, independente de algumas críticas que possam surgir.

Não estou entrando no mérito do curso. Esse curso foi reconhecido pelo Conselho Estadual. As pessoas fizeram o curso, pagaram de boa-fé, e tem que ter os seus diplomas reconhecidos. Até pela realidade brasileira e pela necessidade que tem a nossa sociedade de universalizar o acesso à educação infantil, creches e ensino fundamental. Aproveito esta fala para dizer ao Deputado Artagão que irei me ausentar da Comissão de Fiscalização sobre o pedágio, porque estarei na Audiência aqui no plenário.

Queria aproveitar para falar um pouco sobre pedágio. A Gazeta do Povo publicou no domingo uma reportagem sobre pedágio. E me chamou a atenção o seguinte: “Fluxo de Veículos é a Chave de Cálculo”. E um técnico do IPEA diz o seguinte: “Os contratos firmados entre os Governos Estaduais e concessionárias de pedágio, na década de 90, protegeram a iniciativa privada. A principal fonte de receita é o volume de carros, mas nenhum Governo Estadual acompanha isso. Seria a única forma dos governos saberem qual a arrecadação das concessionárias.”, afirmou o técnico Campos Neto.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentei em outubro do ano passado, um projeto - pois me dedico à questão do pedágio desde que fui Deputado, quando o Governador era Lerner - que está em minhas mãos, sobre a obrigatoriedade da instalação de sensores e painéis eletrônicos nas praças de pedágio no estado do Paraná, para que haja uma fiscalização on-line. O DER tem em mãos o número exato de carros e caminhões que passam nas praças de pedágio todo dia. É verdade. Está aqui, também, o depoimento do Secretário Tizzot, de que o DER faz uma pesquisa por amostragem, mas não é suficiente. Aprovando este projeto, teremos um instrumento poderoso de fiscalização da receita das empresas de pedágio, que no mais é uma coisa completamente absurda.

Fico me perguntando e as pessoas que assistem este canal de televisão que transmitimos devem se perguntar também? às vezes, damos tanta importância para um assunto menor, os jornais brasileiros conservadores são expert nisso e as grandes questões que afligem o país e o Paraná, muitas vezes, são tratadas como se fossem coisas secundárias. Estou convencido, Deputado Artagão, que precisamos de uma relação direta com o Tribunal de Contas da União para resolver a questão do pedágio. Assisti dois procuradores do Tribunal de Contas na “escolinha”. Eles têm uma análise rigorosa dos contratos de pedágio antigos e dos contratos atuais do Governo Lula, que são de sete a 10 vezes mais baratos que os contratos feitos pelo Governo neoliberal. Nós não podíamos fiscalizar com rigor naquela época. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito não podia acontecer e há toda uma proteção.

O contrato foi feito com tamanha maestria que a Justiça, também, vamos colocar um ponto de interrogação, sempre dá ganho de causa às concessionárias.

Diz aqui, o Secretário Tizzot: “Enquanto a idéia do Governo era que as concessionárias se responsabilizassem por 2 mil e 700 quilômetros de rodovias não pedagiadas,

pela recuperação, como foi um conluio entre grandes empresas, grandes grupos nacionais; elas acabaram ganhando a licitação com apenas 300 quilômetros de malha a ser recuperada”. Sabemos a forma como foi feito, foi um escândalo, talvez um dos maiores que aconteceu no Brasil, conluio absoluto das grandes empreiteiras nacionais, que conseguiram controlar o pedágio de uma forma tão bem organizada do ponto de vista legal que nem mesmo a Justiça consegue derrubá-los, mas é um grande crime, é um assalto ao cidadão, ao caminhoneiro, ao consumidor que tem um carro e que trabalha ou vive nas estradas.

Queria deixar esse manifesto. Peço desculpas por não estar presente amanhã, Deputado Artagão, mas o nosso suplente, o Deputado Tadeu Veneri, estará participando dessa Audiência tão importante para uma questão grave que aflige os cidadãos paranaenses.

Queria falar, também, sobre um grande programa lançado ontem, pelo Governo Federal, que são os Territórios de Cidadania. A Folha de São Paulo não dá nem manchete sobre o programa que atinge mais de 7 milhões de pequenos agricultores pobres do país inteiro. Isso mostra o papel e o perfil conservador de uma imprensa. Fico questionando que em ano eleitoral o programa lança um programa segregador, mas voltarei a esta tribuna para falar sobre este assunto em outra oportunidade.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Grande Expediente, por mais 15 minutos, com a palavra o Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos, visitantes.

Quero iniciar, mais uma vez, fazendo um lembrete, justamente sobre o que o Deputado Péricles acabou de abordar. Amanhã, a partir das 9h, nós teremos na Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais uma reunião bastante importante com as concessionárias de pedágio do estado do Paraná.

Solicitamos, por meio de um convite expedido pela nossa Comissão, a presença do representante legal ou de seu designado, através de uma procuração, para que se fizessem representar, aqui, amanhã, pela manhã, todas as concessionárias que atuam no estado do Paraná, a partir do modelo de concessão que foi implantado no ano de 1997.

Portanto, a Comissão de Fiscalização, Deputado Plauto, Duílio, Jocelito, Reni Pereira, Nereu Moura e Péricles, dizendo que o seu suplente Tadeu Veneri estará representando e eu, em nome desta Casa de Leis, tentando mais uma vez intermediar uma linha de conversação de propositura, no sentido do entendimento nessa questão do pedágio.

Não estamos discutindo a licitude ou ilicitude, não nos cabe mais fazer esse tipo de questionamento. Não é

esta a meta e o objetivo principal da nossa Comissão. O que queremos tão somente é responder os anseios. Esta Casa de Leis não pode se ausentar desta discussão. Não podemos ficar alheios a este processo. Fomos convocados pelo Governador, em uma manifestação sua, através da Escola de Governo, para que a Comissão de Fiscalização buscasse essa intermediação. É o que estamos tentando. Amanhã estaremos desenvolvendo essas tratativas, com cada uma das concessionárias, através de seus representantes legais ou designados, para que possamos buscar esse entendimento, porque certamente esse é o interesse do estado do Paraná.

Não sabemos se a redução virá. Não sabemos se a federalização será a proposta definitiva, como foi elencado pela Comissão Especial de Investigação, que trabalhou nesse tema durante alguns meses do ano passado. Estaremos lá desenvolvendo esse trabalho, respondendo ao apelo que foi feito a esta Casa de Leis.

Na semana que vem estaremos acompanhando o Governador do Estado, em inaugurações da Clínica da Mulher e da Criança, projeto extraordinário implementado por este Governo, que busca o atendimento à mulher, de forma especial, no período da gestação e os primeiros anos de vida do neném, a fim de diminuir a mortalidade infantil e materna, em especial na ocasião do parto. É um projeto que significa o investimento de R\$ 200 mil para a construção do prédio, R\$ 70 mil para a compra de equipamentos. Além disso, um repasse mensal feito pelo Governo do Estado, para auxiliar as prefeituras municipais no custeio deste programa: no pagamento dos enfermeiros, dos médicos, dos servidores em geral. É evidente que o repasse não é o suficiente para custear todas as despesas. Mas, alguns poderiam dizer que é um presente de grego, que vem e depois quem tem que pagar a conta é a prefeitura.

O Governo Requião trabalha de forma diferente e sabe da importância desse projeto. Não quer tão somente construir e equipar essas clínicas, mas quer auxiliar as prefeituras com esses repasses, Deputada Beti. O Governador inicia esta semana as inaugurações das clínicas da mulher e da criança, que estão prontas. São aproximadamente 60 clínicas construídas e equipadas, que estarão sendo inauguradas pelo Governador.

Nas semana que vem estaremos no município de Novo Itacolomi inaugurando a Clínica da Mulher e da Criança, um município carente, de 3 mil e 500 habitantes. Certamente este será um dos grandes presentes, que o Governo Requião estará dando a este município como em tantos outros, na construção de mais de 80 casas populares, a reforma do colégio estadual, pavimentação com pedra irregular naquele município e em tantos outros municípios.

Teremos a alegria de na semana que vem estarmos em Novo Itacolomi e na sequência também estaremos em outros municípios nossos que representamos e que foram contemplados com esse benefício.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Artagão, coincidentemente, na semana passada fui verificar a construção dessa clínica que V. Exa. falou. Clínica da Mulher e da Criança. V. Exa. conhece o projeto?

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sem dúvida.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Conhece o prédio já construído?

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Já vistoriei alguns.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Então, voltaremos a este debate, porque um desses que conheci, barbaridade! Não tem nada lindo, não tem nada de importante. Se pegasse aqueles recursos da construção desse projeto, projeto mal concebido, tivesse aplicado no hospital da cidade, numa pequena ampliação, ou tivesse aplicado no posto de saúde, numa pequena ampliação para fazer esse atendimento, não tenha dúvida que funcionaria melhor. Mas, voltaremos a discutir esse assunto. Esse projeto pode ter o objetivo, é importante o projeto, mas infelizmente a construção dessa clínica, não tem nada de clínica. Se V. Exa. conhecer realmente esse prédio! Conheço apenas um. Eu teria vergonha de falar que é uma clínica.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

De forma alguma posso ter vergonha de um projeto tão importante. Talvez, Deputado Rossoni, V. Exa. tenha vistoriado uma obra com algum tipo de problema. É um projeto desenvolvido por técnicos da mais alta qualificação e que, diga-se de passagem, até é possível que exista a necessidade de algum aperfeiçoamento, de alguma adequação, como talvez possa até ser executado na 2ª fase da construção das novas clínicas que serão realizadas.

Mas, falar que um projeto desta envergadura não tem importância? Falar que um projeto que vai diminuir a mortalidade infantil é sem importância? Eventuais erros estruturais de planilha ou de projeto não podem jamais ofuscar o brilhante projeto que foi desenvolvido por este Governo. No mérito o objetivo, sem dúvida alguma, será alcançado. As famílias que não eram, quem sabe adequadamente, auxiliadas no processo da gestação, agora serão, com acompanhamento, com pediatras, com enfermeiras, desde o início da gestação até o nascimento e posterior acompanhamento do nascimento das crianças.

Não tenho dúvidas que esse projeto é de grande envergadura. Tecnicamente, pode existir alguma falha. Um projeto concebido com o maior dos objetivos não pode ser chamado por V. Exa. de um projeto fadado ao fracasso.

Darei um aparte ao Deputado Romanelli, mas quero dizer que V. Exa. infelizmente não prestou atenção

no meu pronunciamento. Eu disse que o Governador estava iniciando esta semana as inaugurações das clínicas da mulher e da criança. Não disse que tinha uma clínica em funcionamento. Falei inclusive, que na semana que vem eu estaria acompanhando o Governador na inauguração. V. Exa. não ponha em mim, palavras que não foram ditas. Eu disse claramente que estaremos, a partir desta semana, inaugurando, iniciando os trabalhos das clínicas da mulher e da criança.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Artagão, reconheço aqui o ato falho do Líder Rossoni, que já chamou V. Exa. de Prefeito. Por outro lado, temos que reconhecer que o Deputado Rossoni, se tornou de certa forma, um profissional da crítica. Porque, sinceramente, ouvi o pronunciamento de V. Exa. e se ele tivesse assistido a Escola de Governo hoje, teria visto hoje as explicações técnicas dadas para o Secretário da Saúde. Se V. Exa. me permitir envio uma cópia. V. Exa. vai ver inclusive o município que V. Exa. nasceu, que é a nossa querida Bituruna. E ele demonstrou quais, são 10 ou 12 municípios que já estão em condições de serem colocados em funcionamento e já tem um município, não me recordo agora, mas tem um município que já está funcionando, porque é uma parceria entre o estado e o município, dos profissionais.

O centro de atendimento à saúde da criança e da mulher é um grande avanço. V. Exa. pode dizer de tudo, mas, sinceramente, temos que ter esses centros em cada um dos municípios, das comunidades mais carentes, essa é a melhor forma de tratar, de respeitar as nossas crianças e claro, as mulheres deste nosso estado.

Por isto, Deputado Artagão, parabéns pelo seu pronunciamento e V. Exa. tem que noticiar mesmo as boas coisas que acontecem neste estado, porque para a Oposição só tem crítica, a única coisa que a Oposição quer fazer aqui é criticar - tornaram-se profissionais da crítica, só isto.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Quero agradecer as participações que tivemos e dizer que estou extremamente satisfeito, porque a região que represento neste Governo é uma região carente, é a região central, que, inclusive, o Deputado Rossoni, Deputado Fernando Carli, Deputado Nereu, Deputado Alexandre Curi, também representam muitos dos municípios, representamos em comum. E sabemos da necessidade e dos anseios daqueles municípios. São municípios que se formos levar em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano, a grande maioria desses estaria inserida entre os 50 piores, os 50 mais baixos. E é justamente, e prioritariamente, com esses municípios que foram iniciados os projetos da Clínica da Mulher e da Criança. Foi justamente atendendo o índice de levantamento social que foi desenvolvido que o Governo do Estado, que o Governo Roberto Requião iniciou este programa e este projeto. Nós teremos a partir desta semana o funcionamento efetivo e a inauguração da maioria das clínicas que

já estão finalizadas. E temos ainda a perspectiva, além das 60 que já estão licitadas, contratadas e construídas, temos a autorização do Governador para a licitação, contratação e construção de mais 65 - são os todo quase 130 clínicas da mulher e da criança que serão construídas. Um projeto extraordinário. Um projeto sem igual até o momento, no sentido de atender os pequenos municípios, os pequenos, os municípios mais carentes, os municípios mais dependentes do apoio do Governo do Estado e o Governo não poderia se furtar.

Tenho certeza, Deputado Waldyr Pugliesi, nós que representamos o Vale do Ivaí, que será uma satisfação muito grande para Novo Itacolomi, assim como para Marilândia, na semana que vem estar inaugurando suas clínicas. Tenho certeza, Deputado Rossoni, que Foz do Jordão está extremamente satisfeito com a construção da clínica que lá está colocada, já equipada e dependendo tão somente da inauguração.

Tenho certeza que Marquinho, um dos municípios também inseridos entre os piores 50 IDHs que são representados aqui também pelo Deputado Nereu Moura, pelo Deputado Rossoni, que é uma satisfação para aquela população ter uma clínica deste porte e desta qualidade e, principalmente, com a manutenção posterior de repasses de recursos.

Tenho a grata satisfação de ter vários municípios daquele que represento inseridos dentre aqueles que foram beneficiados por esta primeira liberação.

Temos a expectativa de estarmos incluindo alguns outros municípios dentro deste programa. O Deputado Accorsi que é um profissional da Medicina sabe muito bem da importância da liberação destes recursos.

Quero finalizar, se o nosso Presidente nos conceder, certamente daremos o aparte dizendo que alguns efeitos eventuais que possam ter, Deputado Rossoni, os projetos...

(Término do tempo - 1 minuto para concluir)

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Se V. Exa. puder deixar o endereço de um que está funcionando, quero visitar neste final de semana.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Eu já lhe respondi, Deputado Rossoni, que nesta semana estão inaugurando.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Qual o endereço? Um endereço.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Não, 60 eu lhe darei nos próximos dias.

Tenho certeza que eventuais falhas que o projeto arquitetônico e estrutural possa ter podem ser sanadas, mas a envergadura do projeto, o alcance social desse projeto, esse não pode ser ofuscado por palavras ditas por qualquer um.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No horário do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel, por 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadão do Paraná.

Quero aproveitar já que estava acompanhando o pronunciamento do Deputado Artagão a respeito dos centros de atendimento à saúde da mulher e solicitar também que o Governo do Estado do Paraná não esqueça da região dos campos gerais e todos os municípios que compõem a mesma.

Hoje, Sr. Presidente, gostaria de falar a respeito de um projeto de lei que estará sendo votado, aqui nesse plenário, ainda essa semana. É o Projeto de Lei nº 743/07 e é um projeto de lei de extremo interesse, de extrema importância.

Diz o projeto de lei: *Fica o Poder Executivo responsável a destinar 5% do total de oferta de moradia do programa Casa da Família para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurado o direito preferencial de escolha. Caberá a Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR, a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução dessa Lei.* Também prevê que essas casas que serão destinadas aos portadores serão casas especiais contendo todo material necessário para a acessibilidade.

Já foi aprovado nas comissões aqui da Assembleia Legislativa e estará sendo votado, acredito que, na quinta-feira, aqui no plenário.

A Constituição Federal em seu artigo 23 e 24 prescreveu que cabe ao estado a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiências dando-lhes oportunidade para exercerem com plenitude a sua cidadania.

Segundo os dados da OMS, 10% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência. Segundo o IBGE, 14,50% da população paranaense possui algum tipo de deficiência, seja visual, motora, auditiva, mental ou física. Quero agradecer também ao Relator, Deputado Artagão, que também fez uma emenda ao meu projeto, nós solicitamos aqui no plenário uma emenda modificativa para que de 2% passasse para 5% a reserva de moradia para pessoas portadoras. O Deputado Artagão fez uma submenda de extrema importância ao nosso projeto. Acredito que será um projeto de grande alcance social.

Estávamos falando sobre saúde e estava prestando muita atenção no depoimento do Parlamentar da base do Governo, mas Deputado Elio Rusch, não consigo entender como o discurso é diferente da prática, porque ouvi do

Deputado Artagão um pronunciamento a respeito dos pedágios. No começo do ano passado encaminhei um projeto, foi, acho, o primeiro projeto na Assembleia Legislativa pedindo a redução da tarifa do pedágio para estudantes que moram em municípios distantes das instituições educacionais. Eu não pedi isenção, pedi redução, como prevê a Constituição Federal. O projeto foi aprovado por unanimidade, quando chegou no Governo do Estado o Sr. Governador vetou. Nós estamos, na CCJ, mais uma vez observando o projeto, mas acredito que será aprovado, para que a gente possa tentar derrubar o veto do Governador, porque existe amparo legal. Amparo legal na Constituição Federal, redução de 50% para estudantes.

Eu também apresentei um projeto que foi aprovado na Assembleia sobre saúde do adolescente. O projeto foi formulado por médicos, por especialistas, por técnicos, o Sr. Governador também vetou. Fiz um projeto falando sobre Programa de Atendimento a Obesidade Infantil. Temos um problema grave no estado do Paraná, crianças que sofrem desse mal, também foi vetado. Fiz um projeto de acessibilidade, que propõe a Comissão de Acessibilidade para que toda obra pública, em prédios públicos, passem primeiro por uma Comissão formada por portadores de necessidades, técnicos, para que seja aprovado no Sistema de Acessibilidade, em todos os prédios públicos, também foi vetado. Quer dizer que todos os nossos projetos que visam a ajudar o Governo do Estado são vetados pelo Governador Roberto Requião.

Então, quando a gente fala de saúde, dos programas que nós estamos fazendo há muito tempo, desde o ano passado com relação a leitos, emergência, leitos de UTI's a abertura de novas vagas, esse projeto também para mãe. Todas essas cobranças vieram da Oposição. É por isso que precisamos, sem dúvida nenhuma, respeitar o debate político, democrático, e de contraposições. Mas, o Sr. Governador também tem que respeitar boas propostas que vêm de Parlamentares da Base de Oposição.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, Deputado Reni Pereira, Bloco PSB/PRB/PV.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, membros da imprensa aqui presentes, comunidade paranaense que acompanha esta Sessão.

Casualmente recebi no dia de hoje, um ofício da Casa Civil, respondendo a um pedido de informações que foi formulado em dezembro do ano passado, a respeito da arrecadação do IPVA em diversos municípios.

Deputado Elio Rusch, pedimos de quanto foi a demonstração, de quanto foi a arrecadação por município. Todos nós sabemos que 50% da arrecadação do IPVA são devidas aos municípios. Nós queríamos essa demonstração.

O assunto que me traz a esta tribuna, na verdade, causa mais perplexidade ainda, porque um dado interessante, quando vim para esta Casa há cinco anos atrás, a arrecadação do IPVA, do município de Cascavel era praticamente a mesma do município de Foz do Iguaçu. Hoje estou vendo aqui, o município de Cascavel arrecadou o ano passado, R\$ 14.865.572 de IPVA significa de mais de R\$ 7.430.000 ficaram para o município de Cascavel. Enquanto que o município de Foz do Iguaçu a arrecadação está um pouco mais de R\$ 9.790.000. Mérito de Cascavel? Com certeza tem os seus méritos, temos muitas transportadoras lá.

Mas, o assunto que me traz a esta tribuna, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que tem batalhado muito pelo município de Ponta Grossa. V. Exa. não é Vereador de Ponta Grossa, é Deputado Estadual, mas tem a sua base no município de Ponta Grossa e tem lutado pelo aeroporto, por mecanismos de desenvolvimento, assim como eu também tenho feito nesta Casa. O que quero hoje pedir o apoio aos Srs. Deputados. Foi o mesmo apoio que pedi no final do ano passado, para que pudesse ocorrer a intervenção da Força Nacional, Deputado Elio Rusch, V. Exa. que tem brigado muito pela Segurança, principalmente daquela região de Missal até Guaíra.

Temos pedido, implorado, para o Governador, que não se trata de um ato de humilhação do estado do Paraná. Se trata de um ato de reconhecimento que a nossa região da fronteira precisa dar um basta inicialmente na violência, para depois os investimentos virem.

E a demonstração de que a cidade de Foz do Iguaçu - mais uma vez eu reitero - não estou aqui só para defender Foz do Iguaçu, mas defender essencialmente as regiões oeste e sudoeste, que colaboraram significativamente para que eu estivesse aqui, mas a nossa obrigação é para com o Paraná. E Foz do Iguaçu certamente reflete, e muito, a violência do Paraná e a prova disto é que saltamos de 11º município mais violento do Brasil para o 5º mais violento. E o segundo ano consecutivo em violência infanto-juvenil.

Quero o apoio, Sr. Presidente, para iniciativa de dois Parlamentares paranaenses que não têm base em Foz do Iguaçu. Um deles é de Cascavel, representa também Foz do Iguaçu no Congresso, que é o Deputado Alfredo Kaefer, e outro é de Curitiba, mas é um Deputado que defende os interesses do Paraná, e neste caso também tem defendido de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que é o Deputado Gustavo Fruet.

Por que peço esta moção de apoio? Porque estes dois Deputados têm colocado esta moção de apoio inicialmente para a Bancada do Paraná, mas acho que pode ser estendida a todo o Congresso Nacional, porque eles estão tentando incluir, um com projeto próprio e outro numa inclusão de uma medida provisória, Foz do Iguaçu como área de livre comércio.

Tenho certeza que através de arranjos como este, mecanismos legais, conseguiremos levar instrumentos para que aos poucos Foz do Iguaçu consiga reagir a esta crise de violência que, na verdade, estampa. Não é só o município de Foz do Iguaçu, estampa o estado do Paraná,

estampa a região de fronteira com o Paraguai, e precisamos de mecanismos de combate à violência.

A violência, como o próprio Ministério da Justiça sugeriu no documento que enviou, dizendo que estava disposta a mandar a Força Nacional de Segurança, bastando para isto que o Governador solicitasse. E o Ministério da Justiça foi bem claro: há mais de 20 anos teria que ter se pensado num projeto específico para a fronteira, porque aquilo que era um problema social, um problema dos "laranjas", da falta de oportunidade, hoje é um problema de crime organizado.

Deputado Mauro Moraes, V. Exa. que é o Presidente da Comissão de Segurança, o Ministério da Justiça, no documento que devolveu pedindo para que o Governador, e não esta Assembléia, pedisse a Força Nacional de Segurança para a fronteira, afirmou categoricamente: "Hoje, o braço de várias quadrilhas organizadas no Brasil, instalou filial na fronteira de Foz do Iguaçu até Guaíra. Não é só Foz do Iguaçu. Em vários municípios na região de fronteira temos o crime organizado atuando. E temos que, para tirar as pessoas da fronteira, que estão indo para o crime, criar mecanismos.

Esta Assembléia já há mais de quatro anos aprovou uma lei que concedia redução de tributos estaduais na ordem de 80%. Posteriormente foi alterado para o município de Pato Branco. Então, hoje, sem dúvida nenhuma, no aspecto estadual, Foz do Iguaçu está bem abrangida pela legislação que concede benefícios tributários, e se esta medida do Deputado Alfredo Kaefer ou do Deputado Gustavo Fruet perseverar no Congresso Nacional, certamente teremos benefícios federais que não vão beneficiar somente Foz do Iguaçu, vão beneficiar o Paraná como um todo.

Tenho certeza de que nenhum Deputado desta Casa se oporá a Foz do Iguaçu sair deste fundo do poço que está, em matéria de violência. Não se trata de buscar um culpado. Não vamos querer identificar, aqui, porque o Governador esteve lá pedindo votos e prometeu que seria a cidade mais segura do Brasil e virou as costas. Não somos irresponsáveis a esse ponto, sabemos que o Governador tem as limitações, a prova disso que fizemos na cidade de Araucária, o crime lá também está ceifando muita gente; na cidade de Londrina o Deputado Belinati também falou, na cidade de Ponta Grossa, todos os Deputados sabem: Foz do Iguaçu está na ponte da violência do estado do Paraná.

Então, quero pedir esse apoio aos Deputados, até porque nesse final de semana fui muito criticado, dizendo que eu pouco tenho feito pela cidade de Foz do Iguaçu. E eu, tudo o que eu posso fazer é fazer o papel de Deputado, legislar e cobrar do Executivo aquilo que é a função dele. Então, quero pedir esse apoio e agradecer antecipadamente que não se trata de uma questão bairrista de Foz do Iguaçu, se trata de uma questão paranista.

Com certeza, se conseguirmos tirar Piraquara, que nesse índice de violência está pontecendo os municípios brasileiros, acho que os Deputados dessa região metropolitana podem contar com o meu apoio, assim como estive na cidade de Araucária apoiando a Deputada Rosane na questão da violência naquele município, e estaremos a disposição de qualquer Parlamentar.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Reni Pereira, primeiro dizer que o senhor tem total apoio deste Parlamentar, e para dizer que tenho orgulho de ser seu amigo e acompanhar desde o primeiro momento o seu trabalho como Parlamentar. E os cidadãos de Foz de Iguaçu e de toda a região, tenho certeza absoluta que dedicaram confiança na hora do voto em vossa pessoa, estão orgulhosos do seu trabalho aqui como legislador, como fiscalizador, como estudioso das leis. É um dos mais estudiosos aqui dentro da Assembléia Legislativa.

Então, o senhor está parabéns pelo seu trabalho de Parlamentar e tem o apoio do PPS, tem o apoio do Deputado Marcelo Rangel.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o respeito tem que ser emitido para que também tenhamos. E quando cobrei aqui na área da Segurança, Deputado Elio Rusch, V. Exa. também cobrou. Não fizemos no sentido de estarmos na Oposição; temos que fazer o nosso papel como Parlamentar.

Quero agradecer, antecipadamente, se não a aquiescência do Governador no pedido da Força Nacional de Segurança, pelo menos a medidas de segurança que serão adotadas em breve na fronteira. Tenho certeza que ele atenderá, através da Secretaria da Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PTB/PR. Com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhava atentamente o pronunciamento de alguns Deputados aqui e me chamava a atenção algumas partes. Primeiro, a preocupação com a Saúde. Não sou médico, mas tenho um profundo carinho pela Saúde, porque diariamente, senhores, temos encontrado muitas dificuldades com a Saúde. Mas a Saúde não é só crítica. Criticar a Saúde é muito fácil, falar mal da Saúde é mais fácil ainda, propor projetos para a Saúde é um espetáculo.

Quando iniciamos o mandato, Deputado Plauto, V. Exa. quando chegou aqui, é normal que você queira fazer mil projetos, você chega cheio de vontade aqui. O Deputado Marcelo Rangel reclamava que fez projetos e foram vetados pelo Governador. Quando chegamos pela primeira vez aqui chegamos cheios de vontade, com muita vontade de querer fazer as coisas, e propomos projetos muitas vezes bons, mas que esses projetos às vezes - quem já foi Prefeito sabe do que estou falando - esses

projetos acabam não cabendo no orçamento do Governo. E às vezes, o projeto pode ser bom, o Governo acaba vetando, e deixa de aprovar um projeto bom, que é feito para atender uma população.

Mas o debate é bom e faz bem para a democracia.

Hoje o debate que me chamou a atenção é sobre o Centro de Saúde da Mulher, que está sendo feito no Paraná. Vi aqui o Deputado Valdir Rossoni, que disse que não conhece o Centro da Mulher e quer conhecer um. Ele diz que o projeto é ruim. E o Deputado Valdir Rossoni é o mais ferrenho homem da Oposição desta Casa.

Vejam como o debate político é bom. Já o Deputado Marcelo Rangel, também é da Oposição, pediu ao Governo que faça mais desses projetos na região dos campos gerais.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Não sou contra a concepção.

O que alertei é sobre a construção civil, porque ele fala das clínicas como se estivessem em perfeito funcionamento. Queria o endereço de uma para visitar neste final de semana.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Lá nos campos gerais está pronto. Vai ser inaugurado agora dia 27, inclusive com todo equipamento. Dizia para mim o Prefeito Neto, que o Governo gastou 200 mil na obra e 180 mil nos equipamentos. São quase R\$ 400 mil na construção de um lugar que vai proteger as nossas crianças.

Estive, no começo do meu mandato, em Cuba, juntamente com o Secretário Xavier e um grupo de amigos que foram para conhecer e fazer algumas parcerias com Cuba.

Dois projetos lá me chamaram a atenção. Primeiro: a mortalidade em Cuba estava abaixo dos Estados Unidos. Fiquei impressionado! Tem uma casa em Cuba que é horrível, mas que funciona. E eles têm o índice de mortalidade mais baixo que os Estados Unidos. Por quê? Porque eles fazem a prevenção. Fui visitar uma casa que tinha 40 mulheres com gestação de risco. E estavam sendo cuidadas dia e noite a partir do 4º mês de gravidez. Chamou a minha atenção, porque era uma casa horrível, mas dava certo.

Fui conhecer uma maternidade em Cuba. A maior maternidade de Cuba - não estou falando do regime, estou falando do atendimento de Cuba - fui ver uma maternidade e saí horrorizado com o prédio, mas saí satisfeito com o atendimento. É um prédio que parece um prédio de guerra, mas a saúde funciona. Por quê? Porque existe a prevenção, o trabalho bem feito.

Não é prédio que vai decidir o que é melhor, o melhor é o atendimento, é se ter um local que não se tinha, como é o caso que se vê, hoje, de cidades como Reserva, como Ipiranga que vai receber, como outras cidades, Tibagi, que já está em fase final também. Esse

atendimento que vai se dar é a oportunidade de uma criança pobre ter o atendimento, do princípio ao fim da gestação daquela mãe. É uma obra que o Prefeito ganhou, é a fundo perdido, é de graça. A cidade ganha um atendimento de proteção à criança.

Então, me perdoe a Oposição, me perdoem as pessoas que criticam esse investimento.

Deputado Rossoni, por mais que seja horrível a obra, fico com a obra, porque melhor do que ter uma obra horrível é não ter nada. Do meu ponto de vista, é uma obra para proteger a criança, para proteger a mortalidade infantil, para dar mais segurança para as nossas crianças. Por isso, é bom o debate. Quando quiserem falar de Saúde, adoro falar de Saúde, mesmo não sendo um técnico, mas vivo o dia-a-dia. Com toda certeza, posso assegurar que há divergências na Saúde, por exemplo, UTIs. Lembra aquela guerra das UTIs? Cadê? Acabou, tomou Doril. As UTIs, a confusão em Ponta Grossa acabou. Sabe por que acabou o problema das UTIs em Ponta Grossa? Sabe? Vou te contar, agora, em primeira mão, Deputada Cida, para o Paraná inteiro saber: acabaram as eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas. Com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No ano de 2002, apoiamos a candidatura do então candidato a Governador do Estado do Paraná, Beto Richa. Na nossa cidade de Ponta Grossa ele foi o 2º colocado. Em 1º lugar, foi o Senador Álvaro Dias; Beto Richa em 2º lugar; o atual Governador, na época Senador Roberto Requião, o 3º colocado; e o Padre Roque, eleitor da cidade de Ponta Grossa, o 4º colocado. Venceu as eleições o atual Governador, no 2º turno, porque foi Álvaro Dias e Roberto Requião e, a partir disso, passamos a fazer parte do Bloco de Oposição ao Governo Roberto Requião e, naturalmente, no decorrer de todo esse tempo, temos mantido uma posição firme e coerente, de cobrança das promessas de campanha e, ao mesmo tempo, de fiscalização.

Em 2006, o Senador Osmar Dias foi candidato a Governador do Paraná. Estivemos com ele, defendendo seu projeto de Governo, seu plano de Governo e, novamente, Roberto Requião conseguiu sua eleição e mantivemos nossa posição clara e coerente na Oposição, cumprindo com o nosso dever democrático e, naturalmente, indo buscar e analisando, fiscalizando uma série de denúncias que chegam até nós, Deputados, e que a própria imprensa traz no estado do Paraná nos seus meios de comunicação.

No dia de hoje, Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, venho a esta tribuna para poder trazer, aqui, mais uma série denúncia. Denúncias que estão acontecendo, periodicamente, em uma questão que me preocupa como paranaense e como um detentor de mandato de Deputado Estadual, porque é muita denúncia. As denúncias que vêm à tona são diversas.

Agora, quero falar da SANEPAR. O que andou acontecendo por lá? Tivemos uma desapropriação dos terrenos, para a construção da barragem de Piraquara II, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabou essa denúncia vindo à tona, de que os pagamentos eram superfaturados e que a SANEPAR estava mais do que as avaliações que os peritos haviam feito. O que aconteceu com tudo isso? A partir da hora em que essa denúncia tomou conta dos jornais, no estado do Paraná, o Conselho de Administração da SANEPAR se reuniu e automaticamente determinou que a sua diretoria e o seu Presidente Stênio Jacob suspendessem o pagamento dessas indenizações.

Pasmem! Para vocês terem uma idéia, Sr. Presidente, a avaliação feita por peritos de uma das áreas, é que a área tinha o valor de R\$ 595 mil. A Administração da SANEPAR e a sua diretoria estavam aprovando e havia, inclusive, feito o pagamento de R\$ 2 milhões e 300 mil. Vou repetir, avaliado em 595 mil, a SANEPAR pagou R\$ 2 milhões e 300 mil. Para se ter uma idéia, 290% a mais. Repito, 290% a mais do que o avaliaram. Um prejuízo para a SANEPAR, para nós paranaenses, pois a SANEPAR é de propriedade do Governo do Estado do Paraná. O Governo do Estado é o sócio majoritário. Ele indicou o seu Presidente e quase toda a sua diretoria. O que estamos vendo neste momento é este superfaturamento na compra.

A partir da hora em que o Conselho de Administração da SANEPAR apontou que deveria ser reverso o negócio, naturalmente, a diretoria jurídica da SANEPAR buscou suspender a liberação do dinheiro, que havia sido depositado para os proprietários. Isso, via juízo, em Piraquara, região onde ficam esses terrenos.

A verdade é uma: mais uma denúncia de irregularidade, mais uma denúncia de superfaturamento, mais uma denúncia de pagamento muito superior àquilo que foi avaliado. Nós da Oposição estamos hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhando um requerimento para que possamos saber quais as áreas de terra que foram desapropriadas. Queremos também a informação das matrículas, junto aos cartórios de imóveis da comarca, da situação de cada imóvel. Queremos informar os números e as publicações dos decretos declaratórios de utilidade pública, para fim de desapropriação. Quando, por quem, e baseadas em quais referências foram procedidas, os questionamentos judiciais e extrajudiciais. Quais os valores, inicialmente, em caso de novas avaliações, os novos valores estabelecidos e as justificativas para tanto. Outra pergunta: se foram procedidos os pagamentos das

áreas desapropriadas. De acordo com a denúncia, foi pago esse valor superfaturado. Queremos saber em quanto foi avaliado e quanto foi pago. Agora, sim, oficialmente, Sr. Presidente, queremos saber se houve acordo para o pagamento dos valores estabelecidos nas avaliações respectivas e pedimos uma revisão de tudo isso.

A verdade é uma. O problema aí está. Nós, da Oposição, estamos cumprindo com o nosso dever democrático de fiscalizar, doa a quem doer, queiram os governantes ou não, estamos cumprindo com o nosso dever.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Uma informação à opinião pública, queremos os dados reais, se é verdadeiro ou não. Ontem, apresentamos um pedido de informações, o Líder do Governo, Deputado Romanelli, pediu para que retirássemos o requerimento, uma vez que ele já estaria de posse dos documentos que estávamos solicitando. Ora, os documentos que foram entregues ontem para a Oposição não condizem com o requerimento e as informações que desejamos. Não a Bancada de Oposição, acho que a sociedade do Paraná deseja e precisa esclarecer esses números. Não é possível que uma área de terra que seja avaliada em quinhentos e poucos mil reais, e uma empresa, uma economia mista, uma estatal, um órgão do Governo venha a pagar R\$ 2 milhões. Quatro vezes acima daquilo que é avaliado.

Então, para que não haja dúvida e para que não seja transmitido para a sociedade o fato que não condiz com a realidade, nada mais justo que apresentar esse pedido de informações. O Governo do Estado informa se é verdadeiro. Se for verdadeiro, pune-se os responsáveis e se não for verdadeiro esclarece-se os fatos para o Parlamento do estado do Paraná.

Parabéns a V. Exa.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Agradeço o seu aparte e espero que o Governo do Estado do Paraná responda os requerimentos que são encaminhados nesta Casa, porque este é um instrumento de fiscalização e estamos cumprindo com o nosso dever democrático. E uma denúncia seriíssima dessas, que envolve milhões de reais carece do Governo do Estado explicar, porque é mais uma denúncia que chega até nós. Esperamos que o Governo explique, porque muitas das denúncias que aqui chegaram não foram explicadas. A população do Paraná aguarda o resultado daquilo que aqui foi discutido. Até hoje aguardamos uma posição e uma solução que aqui não chegou.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PP, PSDB. (Declinam)

PT, com a palavra Deputado Péricles.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pude fazer o comentário, apenas iniciei na minha fala, no Grande Expediente, e volto a esta tribuna por deferência ao nosso Líder, o Deputado Luizão. Quero comentar esse programa social novo que o Governo Lula lança para todo o Brasil, que é o programa Territórios da Cidadania. De extraordinária importância pelo seu conteúdo. Praticamente os 1.000 municípios mais pobres do país, na Amazônia, no nordeste, sul, centro-oeste, esses municípios serão contemplados este ano com R\$ 11,3 bilhões. Foram escolhidos os municípios com os mais baixos índices de desenvolvimento humano e das maiores concentrações assentadas de reforma agrária, beneficiários do Bolsa-Família.

Agora, o que choca a todos é que um programa dessa envergadura, que nunca coisa parecida aconteceu no Brasil nas últimas décadas, a preocupação é reduzir a miséria dos municípios aonde existem alto grau de concentração de pobreza rural. Um programa dessa envergadura receba de um jornal como A Folha de São Paulo, a seguinte manchete: “A oito meses da eleição o Lula lança novo programa social. O objetivo é combater a pobreza rural. Oposição cogita contestar plano no Supremo”. No lado, uma manchete menor: “Projeto pode ser contestado”. Diz Marco Aurélio, Presidente do TRE. Há no Brasil uma imprensa muito conservadora, as forças de Direita perderam suas bandeiras. Do ponto de vista estrutural elas não tem o que contestar o Governo. Então, elas precisam, de alguma forma, dissimular, descaracterizando os programas fundamentais do Governo Lula.

Ontem eu assisti até altas horas o lançamento do Programa em Brasília. Ouvi a fala do Presidente, uma fala simples, uma fala facilmente inteligível para o nosso povo, e me toca muito quando o Lula fala do Bolsa Família, porque como não se pode contestar o Programa, a ideologia contrária às questões sociais, a ideologia que ainda domina o Brasil, a ideologia dominante, ela acaba atacando de forma indireta o Bolsa Família, dizendo: não, o Bolsa Família tem que achar uma saída. Como que vai sair? Isto não resolve nada.

E o Lula sempre fala de uma forma muito madura sobre o Bolsa Família. Eu me lembro de uma entrevista que ele deu no estado de São Paulo e disse com naturalidade: “A hora que o país crescer, que a economia se desenvolver, e as pessoas tiverem emprego, elas perdem o Bolsa Família, não precisam mais, é uma coisa natural”. Agora, a ideologia, a Direita tenta colocar uma pecha, que é a pecha do preconceito de classe, como se as pessoas pobres, pelo fato de ganharem 60, 80, R\$ 100 por mês, desistem de trabalhar - isto é um preconceito cruel contra os mais pobres - é um preconceito que se alicerça

muito na sociedade de perfil escravocrata como a nossa, onde as pessoas mais pobres são tidas assim, claro que isto não se fala claramente, como seres inferiores pela ideologia dominante, que são incapazes de se mover por si mesmas, que não têm valor.

E o Lula, me tocou muito a linguagem simples dele, ontem, na televisão e está aqui repetido no jornal. E diz o seguinte: “Sobre o Bolsa Família o Presidente afirmou - a impressão que tenho é que tem gente com fobia para acabar logo o Bolsa Família. Eu não tenho pressa, o Bolsa Família vai acabar no dia em que a sociedade conseguir construir as políticas de distribuição de renda para que o povo não precise mais dessa política do Governo. É muito simples. Agora, não o preconceito com os pobres.”

Um país em que todas as políticas públicas, secularmente, vieram beneficiar as elites dominantes, tanto na política agrícola, na questão agrária, na questão dos impostos regressivos, não é possível que nos achemos que as pessoas devem continuar morrendo de fome e não receber nada do Governo. Isto é uma coisa muito triste, uma ideologia perversa que tenta esconder a realidade do Governo que, com todos os seus erros, está promovendo mudanças estruturantes no país a favor das pessoas mais pobres.

Um outro aspecto que acho de extraordinária importância é a conceituação do Programa com a participação popular. Em cada território será criado um Conselho com a participação de representação federal, estadual, municipal. Ou seja, além de se combater a pobreza, se mobiliza a comunidade com essa finalidade para construir um país mais justo, mais fraterno, um país solidário.

Diante de tudo isto, e o Paraná, inclusive, temos aqui, todos nós sabemos, uma das regiões mais atrasadas do estado, do ponto de vista do desenvolvimento humano: o Vale da Ribeira. Este é um dos territórios escolhidos, e o território da região central no município de Laranjeiras do Sul.

E é triste que a imprensa brasileira, ao invés de enaltecer um Programa, ajudar na mobilização da sociedade brasileira para reduzir a pobreza, ela tenta destruir a lógica do Programa, dizendo que é um Programa eleitoral.

Ora, então, se o Governo não pode fazer nada quando tem uma eleição municipal, depois vem a eleição nacional, também não pode, o Governo estaria estagnado diante de uma bandeira tão importante que são as chagas que afligem todo o território brasileiro.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, quero parabenizá-lo pelo discurso e dizer que concordo com V. Exa, porque realmente os programas sociais são importantes e necessários para o Brasil.

E também com relação às suas palavras, dizer que a Direita perdeu suas bandeiras. Também concordo. O PT as pegou, todas.

Muito obrigado.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, eu, como todos sabem, tenho as minhas diferenças com esse Governo Federal, mas Territórios da Cidadania realmente é um Programa extraordinário, do qual sempre defendi os planos de desenvolvimento que fossem focados nas regiões, em cada região do estado do Paraná, em cada região do Brasil, e o que o Governo do Estado não fez. Desta vez o Governo Federal está fazendo, que é buscar e carrear investimentos para as cidades mais necessitadas, para as cidades que têm IDH baixo em todos o Brasil. Por isso também tem o projeto da região metropolitana que, da mesma forma que os conselhos são feitos, é uma forma de se autogerenciar e de solucionar os problemas que as próprias pessoas da região conseguem encontrar.

Quero dizer que tem o meu apoio o Programa Territórios da Cidadania e que, não sei se eleitoral ou não, mas é uma obrigação, é um dever do Governo agir e estamos vendo que, dessa forma, o Governo Federal vem agindo, com ou sem ajuda do Governo Estadual.

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Partido Democratas)

Obrigado pelo seu aparte, mas o aparte mais interessante foi do nosso Deputado que tem um ódio umbilical pelo partido, como eu já disse que agasalhou o seu pai como Ministro. Vejam como o PT é generoso. E o Deputado se revela de Direita. Mas agradeço seu aparte, porque isso vem enriquecer o meu discurso. O PT acatou todas as bandeiras da Direita.

Será que o pedágio do Governo Federal é uma bandeira de Direita, Deputado? Eu lhe pergunto, qual o pedágio cobrado no Paraná pelo neoliberalismo? É 10 vezes superior ao novo pedágio lançado pelo Presidente da República! E o estado, enquanto indutor de desenvolvimento, porque o PAC não é só um conjunto de obras, é uma concepção de que o estado tem papel no desenvolvimento, e o neoliberalismo tentou destruir essa concepção do estado! O Paraná foi vítima disso: tentativa de privatizar a COPEL, tentativa de privatizar a SANEPAR. Então por favor, o senhor falar isso!

Agora a bandeira de Direita combate contra o racismo? A ideologia de Direita sempre foi uma ideologia conservadora, descaracterização das minorias, uma ideologia racista, autoritária, um Governo que estabelece cada vez mais as cotas, um Governo que permite às maiorias sociais terem acesso à universidade, mesmo particular, através do ProUni que abre as universidades federais, que não sejam mais privilégio da elite que tem acesso a cursinho, que tem privilégio na Educação, que abre para as maiorias sociais as conferências não só da Educação, da juventude agora! Quando que a Direita tratou a questão da juventude como o atual Governo trata? Com a participação dos jovens, conferências municipais, estaduais, nacional em Brasília!

Então, por favor, acho que o Deputado tem algum problema com o PT!

Concedo aparte ao Deputado Pedro Ivo.

O Sr. Pedro Ivo (PT)

Deputado Péricles, não assumimos a bandeira da Direita e vale a pena colocar que os dados mostram que antes de 2003 a política fundiária no país assentou 600 mil famílias, enquanto 1 milhão de pessoas praticaram o êxodo rural, portanto um déficit. Pela primeira vez na história deste país que no estado do Paraná o êxodo rural está equilibrado. O que foi assentado de famílias e as famílias que permaneceram na área rural, devido à política de crédito deste partido que é o Partido dos Trabalhadores!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado, pena que não tenho mais tempo para debater, mas é um assunto que voltaremos a debater.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, com a palavra Deputado Romanelli.

***Liderança do Governo: Deputado
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, vou falar aqui do microfone de apartes, mesmo porque mais que tudo quero fazer um comunicado a Casa, embora tenhamos que reconhecer, Deputado Valdir Rossoni, tenho que reconhecer que, pelo nível dos discursos que ouço aqui nesta Casa, que há Parlamentares, V. Exa. por favor não se ofenda com o que eu vou falar, mas que levantam cedo para buscar o mal feito e se tornaram profissionais da crítica. Quero dizer que alguns - não é o seu caso, hoje pelo menos - alguns são profissionais da difamação, da injúria e entendo que a Oposição tem que ter uma posição responsável nas críticas que faz, mas penso que V. Exa. só consegue ir dormir depois que conseguiu fazer uma crítica em relação do Governo. Entendo que a Oposição tem que ter uma visão, e não estou aqui querendo formular norma de conduta, mas a Oposição tem que ter uma postura responsável em relação às questões que envolvem o interesse público e, sobretudo, é o desenvolvimento das políticas públicas.

Hoje mesmo, ouvi V. Exa. criticar um programa maravilhoso que é o do Centro de Atendimento Integrado à Saúde da Criança e da Mulher. Sinceramente, V. Exa. não conhece a extensão fantástica desse Programa, que teve origem nas discussões que o Governador teve com a Pastoral da Criança, que justamente combate a mortalidade materno-infantil.

Por isso, penso que a Oposição tem que ser muito responsável e pautada no sentido do interesse público e na ética. Não estou aqui ofendendo V. Exa., mas entendo

que muitas vezes a necessidade para que V. Exa. não termine o dia com o sentimento de ter cumprido o dever, é fazer a crítica para poder ir dormir. Acho que V. Exa. tem que refletir melhor sobre isso.

Mas, quero dizer que hoje vou encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Traiano. A mim, parece que utilizou a palavra para falar sobre a questão da Sanepar, ou o Deputado Elio Rusch, porque ontem encaminhei aqui documentos que são esclarecedores com relação a um procedimento de desapropriação, que aquela Companhia de Saneamento desenvolve para a implantação da barragem de Piraquara II. Mas, tenho que reconhecer que os documentos estão incompletos. Vi que o pedido de informação foi reapresentado. Vamos encaminhar favoravelmente, porque, Presidente Nelson Justus, no que este Governo tem se pautado é justamente numa postura ética e uma conduta reta.

Há de se reconhecer que o tema tem que ser esclarecido, embora ontem o Conselho de Administração da SANEPAR, que é presidido pelo Dr. Pedro Henrique Xavier, se reuniu, reuniu inclusive os peritos avaliadores e identificou discrepâncias. Por isso tomou duas decisões o Conselho: determinou a diretoria da SANEPAR que pudesse ingressar em juízo, com duas medidas, uma ação judicial e uma medida de suspensão, para que se impeça que o depósito judicial que foi feito possa ser levantado pela parte, pelo expropriado, por aquele que é proprietário da área que foi desapropriada. Essa medida foi determinada pelo Conselho de Administração. A outra medida é uma ação declaratória que visa fazer o quê? Fazer com que o Juízo da Comarca de Piraquara possa determinar a realização de um laudo, por um perito que seja nomeado pelo Juiz, para que ele possa efetivamente poder identificar qual é o valor daquela área que está se referindo.

Ora, por óbvio sabemos que o primeiro laudo, é claro que está errado. Uma área de quase 11 alqueires daquela região não vai valer, que tem um haras que tem benfeitorias, que tem toda um sistema de drenagem. Eu li inclusive os documentos que V. Exa. também recebeu das minhas mãos, Deputado Rossoni, não vai valer só R\$ 500 mil, sabemos disso, que o valor de R\$ 500 mil está aquém. Mas vale R\$ 2 milhões e 300 mil. Essa questão tem que ser respondida, não por mim, nem por V. Exa., mas por aqueles que têm a capacidade técnica de definir, porque esse não é o mercado que define o valor, não é uma operação de compra e venda. É uma desapropriação para quem? Para os leigos. A desapropriação é a forma mais drástica de intervenção do estado no direito de propriedade. Por quê? Porque você expropria e depois que é concedida a emissão de posse, só se faz a discussão sobre o valor do bem que está sendo expropriado.

E o expropriante, no caso a SANEPAR, estabeleceu uma demanda judicial. É uma expropriação judicial, não é uma desapropriação amigável. Ela é fruto de uma demanda judicial, de uma discussão com o proprietário. O proprietário se insurgiu em relação ao valor que havia sido estabelecido.

Por isso, quero reconhecer que o que fez a Diretoria da Sanepar, ela o fez de forma correta, tudo o que fez até agora. O Conselho de Administração, por outro lado, está tomando uma medida acautelatória, e isso é muito importante. O princípio da cautela aí é bom de ser aplicado. E o resultado, certamente, será a favor do interesse público.

Por isso é que vamos encaminhar favoravelmente à aprovação do requerimento. Os esclarecimentos têm que ser prestados a todos os Parlamentares, especialmente aos requerentes, à Oposição. E certamente V. Exas. hão de reconhecer que temos procurado debater, sempre, em alto nível, esclarecer todos os pontos de vista. Mas, fazer com que possamos fazer prevalecer, fundamentalmente, o interesse público.

Pessoalmente, entendo que o modelo que temos hoje no nosso ordenamento jurídico, que envolve o instituto da desapropriação, favorece muito ao proprietário. Nossa Constituição ainda é excessivamente patrimonialista. A terra tem que cumprir sua função social. Neste caso, função social se cumpre através do interesse da desapropriação para os fins de uma barragem que vai fornecer água para toda Curitiba e região metropolitana.

O proprietário, que exerce seu direito de propriedade, não pode obstar o desenvolvimento de um projeto igual a este. O que é lamentável é que infelizmente nosso país está experimentando um fenômeno chamado de judicialização, ou seja, tudo acaba no Judiciário.

Reconheçamos que não é este o modelo de democracia que imaginamos. O modelo de democracia que imaginamos é o Parlamento que elabora as leis, é o Executivo que executa aquilo que o Parlamento vota e cria e que nós possamos, de fato, ter um melhor equilíbrio. E não se pode transferir todas as decisões de estado para o Judiciário. Penso que isto é muito ruim.

De qualquer forma, este tema tem que ser posto, tem que ser judicializado, porque é a melhor forma para dar transparência, para dar publicidade e que o Juízo da Comarca de Piraquara possa tomar as decisões sábias e fazer com que tenhamos, de fato, preservadas todas as formas do interesse público em relação a este tema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Líder da Oposição, espero que V. Exa. possa, de fato, conhecer melhor o Programa do Centro de Atendimento Integrado à Saúde da Criança e da Mulher, e aqui desta tribuna falar sobre o Programa. Pode apontar, sim, os defeitos, Deputado Rossoni. Nada é perfeito. Mas, é um belíssimo Programa, feito em parceria principalmente com os pequenos municípios, com alto índice de mortalidade, e que certamente vão modificar as condições de vida da nossa população, especialmente da população mais pobre, que precisa do atendimento da Saúde Pública do nosso estado. Um estado de transformação, junto com o Governo do Presidente Lula, que transforma a realidade das pessoas.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Líder do Governo tem dedicado ultimamente algumas frases de efeito contra o Líder da Oposição e contra a Oposição. Mas ele acaba, no final, concordando com a Oposição. Ele diz que nós, Deputado Elio Rusch, não podemos ir dormir sem fazer uma denúncia, sem trazer aqui algo de errado deste Governo. Em partes ele tem razão. Não tenho culpa que o Governo erra tanto. O Governo erra em demasia, e parece que até houve uma transmissão de pensamento. Hoje eu conversava com a imprensa, e dizia: vou ter que pedir, vamos ter que pedir, Deputado Elio Rusch, V. Exa. que é Vice-Líder, pedir ao Governo que erre, mas erre cadenciadamente, porque não conseguimos acompanhar o volume de denúncias que chegam aos nossos gabinetes. Então, o que faz você trazer a denúncia são os acontecimentos.

Veja o Deputado Romanelli, que pérola de pronunciamento ele fez aqui em favor da nossa Oposição, Deputado Douglas. Ele criticou que nós aqui só trazemos denúncias, e ao mesmo tempo concorda com a nossa denúncia. Trocando aqui em palavras mais fáceis, na última semana trouxemos a esta tribuna de que a SANEPAR, é importante salientar o seguinte: o Governo tem na PGE um departamento lá dentro só para avaliar as desapropriações, dizer qual é o valor do que está sendo desapropriado. É um órgão de extrema credibilidade. Esse órgão de extrema credibilidade avaliou esse terreno em 580 mil. Nós trouxemos aqui na última semana que o que nos espantava é que com uma facilidade enorme o Governo, de 580 transforma em 2 milhões e 500. É fácil, não é dinheiro deles!

Aí é que o Deputado Romanelli começa a concordar conosco. Ele mesmo reconhece de que a denúncia trazida pela Oposição tem validade, porque a própria diretoria da SANEPAR tomou as medidas. E qual foi a medida? “Segura o dinheiro, vamos pedir se este valor é o real, é o verdadeiro”. O que está dizendo o Governo à Oposição? Foi válida a denúncia que vocês trouxeram, estamos tendo agora a cautela de segurar os recursos, mandar fazer uma nova avaliação para ver este valor não foi superfaturado. Está aí na palavra do Líder do Governo, concordando conosco.

A outra questão, não há mais como esconder, claro que se torna aqui às vezes cansativo, mas é um Governo que, na prática, quando você faz um requerimento para uma informação que não tem muita profundidade, vem o Líder do Governo dizendo o seguinte: “Queremos ser um Governo transparente”. Mas quando você trata de assuntos gravíssimos deste Governo, eles fogem da Oposição,

olha, palavra muito pesada: como o capeta foge da cruz. Vocês vejam o seguinte, eles não querem conversar conosco sobre televisão, que coisa engraçada, estão entregando os televisores no Paraná com vergonha, porque eles sabem que estão entregando um televisor nas salas de aula aonde poderia ter sido comprado por R\$ 300 a menos, R\$ 300 vezes 22 mil televisores, são 5 milhões de superfaturamento. Então, eles não querem falar sobre isso.

Quando começamos falar aqui do cartão corporativo, meu Deus, eles se arrepiam, eles não querem falar, eles não querem informar por quê? A hora que buscar o resultado, a discriminação das despesas do cartão corporativo, vamos achar aí as pessoas gastando, como aconteceu no IBAMA de Goiás, porque eles não prestam informações.

Ontem aqui foi feito um teatro. Estamos há seis meses batendo na questão das ONGs. Todo dia pinta uma denúncia sobre ONGs, e não queremos trazer as denúncias sem ter as informações do Governo. Precisam ver as informações que o Governo encaminhou para nós sobre as ONGs. Só se você for um adivinho. Não traz um esclarecimento. O que pedimos sobre as ONGs? Coloca o nome da ONG, o CNPJ. Quando firmado o convênio, estão lá no convênio todos esses dados. Coloca item por item, ONG por ONG para verificarmos.

Tem uma lá em Ponta Grossa, Deputado Rangel, verifica para nós. Tem uma lá em Campo Mourão, Deputado Douglas, verifica. Tem uma em Marechal Cândido Rondon, Deputado Elio Rusch, verifica. Em Santo Antonio do Sudoeste, Deputado Traiano, verifica. Seria fácil.

Gostaria de fazer um elogio, pela primeira vez, deste Governo, mas tenho muita dificuldade.

Tenho um elogio de como o Governo tem se comportado depois da decisão da justiça na TVE. Ele está um exemplar professor. Aquele professor primário, que você ia para lá e chamava ele de tio. Ele está um verdadeiro tio na “escolinha” na TVE. Por quê? Porque foi enquadrado pela Justiça.

Quem levantou a questão da TVE? Esta Oposição que não é amada pelo Governo. E se não tivéssemos tido a coragem de alertar a Justiça dos abusos cometidos pelo Governo? Agora, as duas últimas “escolinhas” é o “tio Requião” que está dando aula. Aquele professor que amamos, que temos apreço. Que professor exemplar! Mas precisou três anos de combate, de luta, de muita força para alertar a Justiça. Aí a Justiça veio e enquadrou. Fizeram denúncia contra o Juiz Federal, fizeram de tudo. Foi enquadrado. Agora, aquele, antes de a Justiça enquadrar, que fazia da TVE uma propriedade particular, aquele, não! Aquele é um professor que tem que ser demitido! Aquele é um professor que tem que ser enquadrado pela Justiça” E foi.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. é um grande Líder. Líder das causas impossíveis. Porque é difícil enrolar a população com tanta corrupção, com tantos casos não esclarecidos nesta Casa.

Não faria esse discurso hoje. Daria um “time” para que V. Exa. tivesse um tempo para esclarecer o que apenas levantamos esta semana. Mas, como V. Exa. quis taxar a Oposição da forma como V. Exa. analisa, quero dizer o seguinte: prefiro o apreço da população. Tenho certeza que o cidadão que está me ouvindo agora, por um televisor que poderia ser comprado por R\$ 600 e foi pago R\$ 860 reais, pagar 6 milhões a mais! O que poderíamos construir com 6 milhões?

Por esta razão, Deputado Romanelli, V. Exa. pode continuar descontente com a Oposição, preferimos ter o apoio da população. Temos sentido isso na rua. Tenho sentido isso aonde vou, no shopping, na rua, nos restaurantes, nas rodovias. As pessoas dizem o seguinte: ainda bem que a Oposição do Paraná não tem medo do poderoso chefão! Então, Deputado Romanelli, se V. Exa. está acostumado a andar de joelhos para este Governador, nós não!

Vamos respeitar o Governador, mas estaremos vigilantes, denunciando, até que este Governo se emende e se transforme no “tio Requião”, como foi nas últimas duas “escolinhas”, um professor exemplar, educado, harmônico, sincero, tranquilo, com paz. É esse o Governo que esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A pedido do Deputado Edson Praczyk, com satisfação anunciamos a presença do Vereador Nivaldo, do PRB de Ortigueira.

Seja bem-vindo, nobre Vereador!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Solicitaria aos Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PRB/PV, para indicarem um membro para constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 021/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 210-A, da Constituição Estadual. Solicito aos Líderes que, por gentileza, indiquem os representantes para essa Comissão.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 033/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado o repasse de recursos ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, para aquisição de mobiliário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 034/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a execução de pavimentação asfáltica na estrada que liga São João do Ivaí a Ubauna. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 035/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a construção do Hospital Municipal de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 036/08, de autoria do Deputado Francisco Bühler, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado da Educação, reformas gerais no Colégio Estadual Silveira da Motta, em São José dos Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 037/08, de autoria do Deputado Francisco Bühler, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de uma nova unidade escolar para abrigar o Colégio Estadual Maria Vidal Novaes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 038/08, de autoria do Deputado Francisco Bühler, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de uma nova unidade escolar para abrigar o Colégio Estadual Padre Antonio Vieira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necesita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necesita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 259, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando sua ausência em plenário no dia 27 de fevereiro de 2008, do Deputado Ney Leprevost, por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 669/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios, imóveis de propriedade do estado do Paraná, cedidos sob a égide da Lei nº 10429/93. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/07, de 12/09/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 753/07, de autoria do Deputado Mamede, que concede o título de Cidadão Honorário do estado do Paraná, ao Sr. Alceu Ântimo Vezozzo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 135/07, de 23/10/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 003/08, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o funcionamento do painel eletrônico nas reuniões plenárias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/08 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º O painel eletrônico será usado na votação de proposições, por qualquer processo, salvo no simbólico, quando seu uso se restringirá à verificação de votação.

Art. 2º O registro de presença será verificado pelo Presidente da Assembléia por meio do quadro sinótico e constará no painel eletrônico na segunda parte da reunião, ao iniciar-se a votação da matéria da Ordem do Dia.

Art. 3º A verificação de quórum será feita pelo Presidente da Assembléia, por meio de sistema eletrônico, caso em que, somente no final do procedimento, o resultado constará no painel.

Art. 4º São 2 (dois) os processos de votação:

I - simbólico;

II - nominal.

Art. 5º Adotar-se à a votação nominal:

I - nos casos em que se exige “quórum” de maioria absoluta, de 2/3 (dois terços) ou de 3/5 (três quintos);

II - por deliberação do Plenário, a requerimento por escrito, de qualquer Deputado.

§ 1º Na votação nominal, os Deputados manifestarão sua posição favorável ou contrária à aprovação da matéria ou votarão em branco, registrando “sim” ou “não” ou “abstenção”, pelo sistema eletrônico de votos.

§ 2º Concluída a votação, o Presidente da Assembléia comunicará o resultado.

§ 3º Imediatamente após a votação, será encaminhado à Mesa da Assembléia, para que conste, na ata dos trabalhos, o relatório correspondente, que conterà os seguintes registros:

I - a data e a hora em que se processou a votação;

II - a matéria objeto da votação;

III - o resultado da votação;

IV - o nome dos Deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, contra ou abstenção.

Art. 6º Ocorrendo falha no sistema do painel eletrônico, adotar-se-á o seguinte:

I - na votação nominal, o Deputado, ao anúncio de seu nome, responderá “sim”, “não” ou “abstenção”, conforme queiram votar a favor, contra ou abstenção.

Art. 7º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.02.08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos, Pesquisa e Atenção a Drogas e Aids - CEPADA, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 735/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre o porte de arma de fogo aos agentes penitenciários estaduais, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, o projeto de lei que é, na verdade, um requerimento na expressão ampla do termo requerimento, porque o Deputado Professor Luizão pretende com este projeto regulamentar no plano estadual a possibilidade dos agentes penitenciários que são legitimados pela Lei Federal nº 10826/03, a portarem arma de fogo. É um tema que, na verdade, merece uma discussão absolutamente responsável por parte desta Casa. Claro, é um direito do Parlamentar, esta absolutamente constitucional o projeto do Deputado Professor Luizão. É competência desta Casa tratar do tema. Mas, por outro lado, recebi um parecer técnico da Secretaria de Estado da Justiça e de fato, Sr. Presidente, o tema é merecedor de um maior aprofundamento. Embora o Parlamento possa fazer essa regulamentação e o Governador poderá transformar em lei, o parecer técnico emitido pela Coordenadoria Geral do Departamento Penitenciário é contrário, reconhecendo que a SEJU não detém atribuição legal para implementar os procedimentos destinados à verificação da capacidade técnica e aptidão psicológica dos agentes penitenciários. Procedimentos esses exigidos pelo artigo 36 do Decreto Federal nº 5123/04, pois diz o parecer: *Tais requisitos técnicos e psicológicos devem ser estabelecidos pela Polícia Federal, conforme prevê o próprio artigo 36*

Além disso, o parecer frisa que a Portaria nº 315/06, da Polícia Federal, autoriza o porte de armas de fogo aos agentes penitenciários, mas não faz qualquer menção aos requisitos técnicos e psicológicos que devem ser observados pelas instituições responsáveis por atestar a capacidade técnica e aptidão psicológica. No caso, a instituição seria o próprio DP.

Em suma, Sr. Presidente, o nosso parecer em relação à nossa Bancada, possa votar favoravelmente ao projeto de lei, mas levando-se em consideração esse óbice levantado pela Secretaria de Estado da Justiça, especialmente a coordenadoria Geral do Departamento Penitenciário.

Então, poderemos estar aqui dentro do processo legislativo elaborando uma lei, utilizando a competência concorrente que o estado tem de legislar sob uma regra geral estabelecida pela legislação federal, mas ao mesmo tempo, seguramente, haverá por parte da Secretaria da Justiça uma manifestação à chefia do Poder Executivo.

Faço essa ressalva porque o Deputado Professor Luizão é um Deputado extremamente responsável, que integra a Bancada do Partido dos Trabalhadores. Faz esse projeto como uma demanda à vida dos agentes penitenciários, dos sindicatos especialmente, mas temos que reconhecer esses parâmetros aqui que são estabelecidos pela SEJU para poder votar o projeto.

Encaminhamos favoravelmente, mas deixamos claro que há um óbice nesse tema por parte da Secretaria de Estado da Justiça.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, acompanhei o encaminhamento do Líder e até confesso que achei que o encaminhamento seria para votar contrário. E quando me foi designada a relatoria desse projeto na CCJ, confesso que à primeira vista achei que seria inconstitucional. Não é, o estado tem competência, é constitucional, é legal o projeto e esse argumento de que a Polícia Federal não tem os requisitos, com todo respeito à Secretaria da Justiça, não é a Polícia Federal. Ela designou várias clínicas e instituições, eu mesmo fui fazer e é um teste psicológico bem complicado, são duas horas para responder. Consegui passar, e olha que eu não conhecia a psicóloga. Realmente é um teste bem difícil. E não é nem a Polícia Federal que está fazendo. São empresas e clínicas terceirizadas.

Então, não existe critérios. O critério é o decreto, a Lei do Desarmamento que estabeleceu algumas clínicas conveniadas. Ainda bem que o Líder encaminhou favoravelmente, mas quero pedir o empenho do Líder para que o Governador não vete, porque esse aspecto técnico elencado pela Secretaria da Justiça é passível de resolver.

Então, gostaria de sugerir a votação nominal, porque é algo que com certeza interessa e muito a população do Paraná, em especial aqueles que muitas vezes têm a vida ameaçada, que cuidam da segurança nos presídios do Paraná.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, reconheço a necessidade do Líder do Governo de fazer as ponderações necessárias, até porque a Secretaria da Justiça alega,

embora reconheça a legitimidade de o estado legislar sobre esta questão e a legitimidade da Assembléia Legislativa, através deste Parlamentar, de ter a iniciativa desse tipo de projeto de lei, ela faz algumas ressalvas dizendo que a Secretaria da Justiça não tem condições de certificar os seus agentes da sua capacidade psicológica e aptidão para utilização de arma de fogo.

Mas, o que os agentes penitenciários querem é a autorização, que esta Casa aprove este projeto de lei e claro, o Governador sancione a lei, dando a possibilidade a eles de usar a arma de fogo para a sua defesa pessoal. O que está garantido na lei federal, no Estatuto do Desarmamento no seu artigo 4º, inciso VII, que diz: *As exceções do Estatuto do Desarmamento que restringiu e muito o porte de arma, permite esse porte a integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e guardas portuários, ainda que fora de serviço.*

A Guarda Municipal não pode utilizar arma de fogo fora de serviço. Agora, os agentes penitenciários e os agentes que fazem a escolta de presos, a eles é dada essa possibilidade, pelo risco que envolve o seu trabalho. Quando eles no exercício das suas funções no interior das penitenciárias, têm que impor uma certa disciplina, isso desagrade os bandidos que um dia vão sair da cadeia. Ou os seus amigos estão do lado de fora e aí os agentes podem sofrer represálias. Lamentavelmente, recentemente tivemos no Paraná assassinatos de agentes penitenciários. Um mais recente em Londrina, e tudo indica que foi pela situação do exercício da sua função como agente penitenciário.

Quero dizer ao Líder do Governo e também, à Secretaria da Justiça, vamos tentar que este projeto não seja vetado, porque não estamos favorecendo em nada os agentes penitenciários, além do que qualquer outro cidadão na hora em que vai comprar uma arma, hoje, se você chega para comprar uma arma, primeiro tem que se submeter ao teste psicológico e de aptidão para utilização dessa arma de fogo.

Aqui em Curitiba têm diversas instituições, assim como o Deputado Reni Pereira falou que foi Relator também desse projeto na CCJ, temos em torno de 30 profissionais e instituições para fazer o teste psicológico credenciado pela Polícia Federal. E temos pelo menos três, poderia citar aqui o Clube de Tiro Orion e antiga Ás de Espadas, para dizer se a pessoa está apta ou não para utilização da arma de fogo. Dando essa possibilidade ao agente, ele vai poder se submeter a esses testes nessas instituições que são credenciadas pela Polícia Federal. Se a Secretaria de Justiça quiser favorecer seus agentes, as pessoas que estão a seu serviço, pode fazer um convênio com a Polícia Militar do Guatupê, que presta esse serviço para os policiais militares e já treinou até mesmo guardas municipais de alguns municípios. E recentemente fez treinamento para os guardas portuários. O próprio Governo do Estado pode dar essa condição ao agente penitenciário, para poder ter condição de utilização de arma de fogo.

Mas se a Secretaria achar que não tem condições, não quer facilitar para o agente penitenciário, ele vai poder, individualmente, ir lá, adquirir sua arma e só vai retirar a arma depois que ele for aprovado no teste de aptidão e no teste psicológico. O que os agentes querem é essa possibilidade: a regulamentação desse artigo do Estatuto do Desarmamento que os permite ter um pouco mais de segurança, deles e de sua família, por conta do trabalho que desempenham.

Peço aos Srs. Deputados que aprovemos o projeto e não sejamos um empecilho para que esses agentes possam ter a garantia, a oportunidade de ter o porte de arma. Claro que vai utilizar essa prerrogativa quem quiser, ele não é obrigado, mas aqueles que se sentem ameaçados e muitas vezes correndo o risco de serem pegos com uma arma de porte ilegal, poderão ter essa possibilidade. Não sejamos nós a impedir isso e trabalhar para que o Governador sancione este projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, apenas para dizer que a Bancada da Oposição e também o nosso partido quer enaltecer e parabenizar o Deputado Luizão, pelo fato de ter dado entrada a esse projeto tão importante. Tenho conversado com alguns integrantes do quadro de agentes e têm relatado o trabalho difícil e árduo que têm enfrentado.

Mas, os próprios Deputados que já encaminharam, e o Deputado Luizão já têm feito referência ao seu trabalho, trabalham com marginais, com bandidos, com criminosos e, muitas vezes, eles têm que usar exatamente a energia do seu cargo para que a ordem seja efetivamente seguida. E nada mais justo do que a Assembléia Legislativa regulamentar ou autorizar, por lei, que o Governo do Estado autorize os agentes penitenciários a portar uma arma. Não é dar uma arma para o agente, ele tem que se enquadrar dentro da legislação. Nada mais justo do que aprovarmos este lei.

Parabenizo, mais uma vez, o Deputado Luizão e todos os Parlamentares favoráveis ao projeto.

Obrigado!

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (Para Encaminhar)

Quero cumprimentar o Professor Luizão por este projeto, porque sempre temos contato com os guardas que fazem esse serviço e eles têm nos procurado falando das suas dificuldades. É um projeto que vem ao encontro dos interesses dessas pessoas. É através do seu serviço que eles sustentam suas famílias. Muitos já perderam a vida defendendo seu trabalho. É um projeto importante e não podemos esquecer que eles cuidam dos presos que oferecem perigo a todos nós!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados, mas não há necessidade de responder presença nem ausência, para dar tempo que os demais Deputados possam comparecer ao plenário para votação. Isso, se tiver algum Deputado ausente. Estamos, agora, com 40 Srs. Deputados presentes.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Gostaria que fosse melhorada a visualização do e-mail do Deputado, porque está muito difícil sua leitura. Então, que fosse melhorado isso para recebermos sugestões e críticas ao nosso trabalho. Era isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só queria contribuir com o Deputado Rossoni - a televisão está longe daqui. Não enxergamos bem de longe. Ontem, Sr. Presidente, eu estava vendo, às vezes não aparece o painel. Mas na televisão aparecem perfeitamente as presenças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que forem favoráveis ao projeto votam com a expressão SIM e os que forem contrários votem com a expressão NÃO.

Por gentileza, V. Exas. podem votar digitando a senha e o voto SIM ou NÃO.

Encerrada a votação, 43 Srs. Deputados votaram com a expressão SIM. **Está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

A respeito da decisão que o Conselho da SANE-PAR tomou e que causou um desconforto ao Governador Roberto Requião, que mostrou a sua contrariedade. Eu queria, em nome do nosso partido e do nosso Líder, fazer um apelo para que essa decisão do Conselho da SANEPAR jamais entre em vigor, esse aumento absurdo de 14%.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Antonio Belinati, não quero ser descor-tês com V. Exa., mas estamos votando. Perdoe-me, mas não há questão de ordem.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 840/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a denominar Walter Alberto Pecoits o hospital regional do sudoeste localizado na cidade de Francisco Beltrão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 846/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Alvorada, com sede e foro no município e comarca de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/08, de autoria da Comissão Executiva, que altera os artigos 90 e 91 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. (Serviço Público). **PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de 03 (três), nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA**DE PLENÁRIO, DE Nº 01****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/08**

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Resolução nº 004/08, tem por objetivo alterar a redação proposta para o parágrafo 7º, do artigo 91 do Regimento Interno da Casa, conforme redação que segue:

“Art. 91...

§ 7º - O uso da palavra para explicações pessoais é de 05 (cinco) minutos, prorrogáveis por igual período e está condicionado à concessão da palavra pelo Presidente da Mesa, devendo o orador restringir-se ao assunto que motivou a solicitação, sob pena de advertência e, em caso de insistência no desvio do tema, de cassação da palavra”.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(aa) MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, PASTOR EDSON PRACZYK, DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Viabilizar a prerrogativa parlamentar de apresentação de explicações pessoais ao final da sessão, quando não disponha o Deputado, de tempo hábil para formalizar o requerimento por escrito.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,**DE Nº 02**

Altera a redação do artigo 1º, do Projeto de Resolução nº 004/08, de autoria da Comissão Executiva, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 1º do artigo 90, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

“Art. 90...

I -...

II -...

III -...

§ 1º Os trinta minutos iniciais do Grande Expediente serão divididos em dois tempos iguais, entre os membros da Bancadas de Situação e Oposição, alternadamente em cada Sessão Plenária, sendo ocupados por qualquer Parlamentar segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido de uso da palavra”.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Luiz Eduardo Cheida, Dr. Batista, Beti Pavin e Péricles de Mello.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que já existe um horário específico para as lideranças se manifestarem durante o expediente, ou delegarem o uso da palavra a seus liderados, acreditamos ser fundamental para a manutenção da democracia que os Parlamentares tenham o direito e a autonomia de usar a palavra em um espaço de tempo dentro do expediente que não seja controlado pelas suas Lideranças.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 1º do artigo 90, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná:

“Art. 90...

I -...

II -...

III -...

§ 1º Os trinta minutos iniciais do Grande Expediente serão divididos em dois tempos iguais, preferencialmente utilizados de forma alternada em cada Sessão Plenária, entre os membros das Bancadas de Situação e Oposição.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Reni Pereira, Teruo Kato, Pastor Edson Praczyk, Artagão Júnior, Dr. Batista, Felipe Lucas, Elio Rusch, Douglas Fabrício e 02 ilegíveis.

A Comissão Executiva as acata e coloca para a votação na Sessão de amanhã.

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que denomina a quadra do Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha, localizada no município de Marialva, de Quadra de Esportes Marcos Paulo do Prado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/07 de 15/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 597/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi tem por objetivo denominar de Quadra de Esportes Marcos Paulo do Prado a quadra de esportes do Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha, localizada no município de Marialva.

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Estadual do Paraná.

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao estado ou ao município.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Há, porém, a necessidade da devida baixa em diligência, do referido projeto à Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED), para que seja verificado se a quadra de esportes mencionada já não possui denominação. Uma vez que já foi dada resposta à diligência solicitada, informando que a quadra de esportes ainda não possui denominação, não há óbice à normal tramitação do projeto de lei em tela.

Ainda, o presente projeto de lei encontra-se em conformidade com a Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre a técnica legislativa.

Conclusão

O projeto de lei em tela encontra-se revestido de constitucionalidade e, uma vez que já foi dada resposta à diligência solicitada, informando que a quadra de esportes ainda não possui denominação, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 597/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 597/07 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, a denominar a Quadra de Esportes do Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha, localizada no município de Marialva, de Quadra de Esportes Marcos Paulo do Prado.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Parecer

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.02.08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 680/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que proíbe a publicação de anúncios, na imprensa do estado do Paraná, com fins de programas que induzem a prática de sexo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDH E COPTC. (Publ. no DA nº 112/07 de 17/09/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 680/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Antonio Anibelli, tem por escopo inibir (proibir) a publicação na imprensa do estado do Paraná anúncios com fins de programas que induzam a prática do sexo. Segundo o autor a sociedade tem sido massacrada e punida atingindo dos mais humildes aos mais altos cidadãos. Segundo o autor, as indignações não bastam é preciso reagir com firmeza e a Assembléia Legislativa tem dado provas disso, mas não apenas nas denúncias de programas e da falta de ética que corrói alguns sistemas de notícias e a nossa confiança nas instituições publicitárias, como também urge reagirmos de uma vez por todas ante a escalada de violências, da exclusão social e da fragilidade de nossas políticas públicas, incapazes de colocar de uma vez por toda, os rumos do desenvolvimento. A imprensa é com efeito de todas as artes a que mais enobrece e aquela que melhor traduz os anseios de nossas almas, porém, modestamente somos de opinião que incumbe a tão importante órgão alertar a população sobre o perigo que nos ameaçam. Diz o nobre Deputado que a imprensa é sem dúvida, nos tempos modernos a maior força que a mão do homem já empunhou. Ela tem com seu público dever ético e moral, valores estes que deveriam inibir o sensacionalismo. É muito difícil traduzir em palavras o sentimento de repugnância e de revolta de qualquer ser humano diante das degradantes propagandas em jornais contendo endereços,

telefones e e-mails, de mulheres (e homens), acrescentamos, propondo encontros com mensagens completas e outras opções incluindo motéis, hotéis e casas especializadas. Algumas com fotografias de jovens e crianças em cenas exóticas de nudez ou sexo explícito com adultos para a vergonha da espécie humana. Parte da imprensa transformou o sonho da comunicação e do progresso cultural em pesadelo sórdido de aviltamento do aspecto mais sagrado da dignidade da pessoa, que não é outra senão a beleza da inocência. Trata-se em verdade de uma luta que a todos são chamados, pois, mais que homens e mulheres, somos todos paranaense e temos a obrigação de legar às próximas gerações uma existência mais digna, mais justa e mais feliz.

Fundamentação

Segundo dicção do artigo 24 da Constituição Federal “*Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente* e o artigo 23 diz: *é de competência comum (...) legislar sobre matérias as quais especifica.*

Em assentada Jurisprudência da Suprema Corte deste país - Supremo Tribunal Federal - STF, já se decidiu sobre matéria correlata assim prelecionada: “(...) *Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o estado-membro exercer competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo Plenário.*” (STF - ADI 903-MC Rel. Min. Celso de Mello - DJU 24/10/97). *Referência Legislativa CF: Artigo 24, XIV. DTZ1110042*”. (grifamos).

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembléia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora a função precípua da Assembléia Legislativa é legislar e o artigo 53 confere esse poder a ela sobre matérias da mesma natureza do Poder Executivo quando o legislador define que a Assembléia pode dispor sobre a criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado, no caso focado, *literis*:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

...

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que fixa as matérias de competência privativa do estado não veda a iniciativa da Assembléia Legislativa em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente com o estado-membro e o Executivo Federal prevista no artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da CF.

Da Legitimidade e Legalidade

Em parecer de análise prévia ao Projeto de Lei 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que trata da regulamentação do disposto no artigo 47 da Lei Complementar nº 123/06 - Estatuto da Micro-Empresa e de Pequeno Porte, a CCJ ao fundamentar o referido parecer quanto a sua legitimidade e legalidade no que pertine a Competência Legislativa de caráter privativo e suplementar, invocou os artigos 22º, inciso XXVII, 24º, parágrafo 2º e artigo 25º parágrafo 1º todos da CF, para aprovar o aludido projeto quanto à sua constitucionalidade. Caminhos bem a CCJ.

Pois bem, fazendo justiça ao brilhante parecer da douta CCJ nos valem da inteligência da sua tese à qual nos filiamos para com ela fazer coro.

Considerando que a CCJ naquele parecer prévio intencionava embasar a tese da competência privativa e suplementar para então declarar a constitucionalidade do importante projeto do Deputado Reni Pereira, valeu-se sabiamente do preceito insculpido no artigo 22, 24, parágrafo segundo, e 25, parágrafo primeiro da Constituição Federal.

Assim segundo o próprio parecer da CCJ, ora invocado, a Constituição da República assegura a competência privativa da união nas hipóteses em que especifica, porém não exclui a competência suplementar dos estados, parágrafo 2º do artigo 24 da Carta Mãe. Para sedimentar a tese a dileta CCJ através do seu corpo técnico arrematou a questão citando o parágrafo primeiro do artigo 25 da mesma constituição que dispõe: “São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta constituição”.

Para melhor clarear a questão valeu-se a CCJ do conceito de competência legislativa privativa e suplementar extraída do eminente professor e jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹, que assim definiu:

Competência privativa: “é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.”

Competência suplementar: “é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é ‘complementar’”.

Como a Constituição Mãe define a competência privativa da união para legislar certas matérias, bem assim, a Constituição de nosso estado seguindo o mesmo critério constitucional da Carta Mãe, estabeleceu competências privativas e as suplementares (concorrentes), *in casu*, em seu artigo 53, XVII, c/c o 66 que não veda a iniciativa ora pretendida.

Tratando o artigo 53, XVII da Competência Concorrente aferida à Assembléia e o 66 da Competência Privativa do Poder Executivo, ambos da CE, questões de mesma natureza, ou seja, atribui a constituição competência a ambos os poderes, conclusivamente chega-se ao entendimento que o artigo 66 detém a competência privativa ou

plena, enquanto o artigo 53, a competência suplementar ou concorrente, nos casos que especifica.

Infere-se, portanto que a regra quanto à competência privativa, concorrente ou suplementar é constitucional sendo de iniciativa concorrente da Assembléia Legislativa as matérias que não lhe são vedadas no artigo 66 da Constituição Estadual - CE. Portanto perfeitamente factível a iniciativa de projeto de lei de membro da Assembléia Legislativa de matéria prevista no artigo 24, XIV, da CF c/c o artigo 222 da CE que assim dispõe: “O estado, em ação conjunta e integrada com a união, municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio”. (grifei).

Fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual - CE, que não pode fugir a regra da hermenêutica Constitucional Federativa, pois se assim fosse, constitucional não seria.

No Mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional. O projeto do nobre Deputado Antonio Anibelli propõe a proibição de propaganda ofensiva a moral e aos bons costumes no que tange a prática desvirtuada do sexo.

Considerando-se, portanto que a Constituição Estadual, neste caso, por exclusão não criou vedação ao legislativo estadual, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal atribuiu competência concorrente ao estado-membro, a Assembléia Legislativa por seus membros pode valer-se dessa prerrogativa para dispor e legislar matéria comum.

A existência do decreto-lei invocado pela douta CCJ em nada impede que o estado-membro da federação legisle especificamente sobre questão já normatizada pelo Executivo, mormente quando essa lei foi editada há mais de trinta anos cuja redação ainda guarda forma arcaica.

Estando o projeto aprovado quanto a sua iniciativa no que tange a sua constitucionalidade e legalidade, resta apenas enquadrá-lo nos parâmetros emanados da Lei Federal 095/98 que trata da boa técnica legislativa.

Neste aspecto não vemos nenhum óbice posto que a segunda parte do artigo 7º. Inciso IV da lei em comento excetua os casos de lei que complementem a lei considerada básica e neste mister o PL do nobre Deputado Anibelli só tem a contribuir com a inibição da veiculação de propaganda e anúncios com fins que induzam a prática de sexo ofensivo aos bons costumes e a moral do cidadão.

Conclusão

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, atendendo os pressupostos da boa técnica legislativa somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Presidente

1. Curso de Direito Constitucional. 30ª ed., Saraiva, 2003, p.6.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 680/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem a finalidade de proibir a publicação de anúncios, na imprensa do estado do Paraná, com fins de programas que induzem a prática do sexo.

A liberdade da imprensa não é irrestrita, esbarrando nos demais direitos individuais e sociais garantidos aos cidadãos. A família, as crianças e adolescentes, gozam de proteção especial e integral, tendo em vista a sua importância na sociedade. A família é a célula básica da sociedade e esses jovens constituem o futuro do país.

A formação da personalidade concretiza-se no seio familiar e o ensinamento de valores morais, religiosos e de bons costumes começa na infância. O sexo existe para ser usado na realização da pessoa humana como expressão do amor verdadeiro e não para ser objeto de comércio, de abuso de incapazes e de exibições pornográficas como tem sido utilizado atualmente, submetendo todas as pessoas a uma visão distorcida e não condizente com a dignidade humana.

Se os indivíduos maiores e capazes quiserem se prostituir que o façam sob sua inteira responsabilidade e suportando as conseqüências de seus atos, Porém, induzir e incitar outros a tais práticas, inclusive menores, constitui atividade ilícita.

As publicações de jornais e revistas destinadas ao público em geral trazem cenas eróticas, convites para atividades pornográficas, até com ilustrações, sem qualquer respeito a esses valores que são constitucionalmente protegidos, até mesmo nos preceitos que tratam dos meios de comunicação.

A responsabilidade pela educação consciente e formação de cidadãos cabe à toda a sociedade e assim, faz-se necessário salvaguardar nossos jovens e crianças da exposição desnecessária e inconseqüente das atividades de prostituições e congêneres.

Há de destacar a hipocrisia de certos veículos de comunicação, que combatem com matérias jornalísticas a exploração da prostituição, mas ganham dinheiro vendendo espaços de anúncios da prostituição. Na medida em que esses veículos não se impõem uma conduta ética de não veicularem tais tipos de anúncios, só nos resta impedi-los na forma da lei.

Portanto, em face do exposto, opino favoravelmente à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 25.01.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
MAMEDE - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 680/07

P A R E C E R :

Tem o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Anibelli, a finalidade de proibir a

publicação de anúncios, na imprensa do estado do Paraná, com fins de programas que induzem a prática do sexo.

Analisando a matéria, estamos convictos de ser merecedora de apoio por ser de relevante interesse público.

Em conformidade com o parecer muito bem fundamentado pelo eminente Relator, Deputado Artagão Júnior, aprovado pela CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, quanto a legalidade e constitucionalidade, e estando o projeto em acordo com a técnica legislativa, oferecemos parecer favorável, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Este projeto - alguns Deputados me procuraram para saber a intenção - é um projeto polêmico que acho que as televisões, não a nossa TV SINAL, tem difundido sexo em novelas, contra as famílias, tem sido uma falta de respeito às nossas famílias tradicionais ou à juventude. Projetos que vemos aí proibindo bebida alcoólica às margens das rodovias federais, temos uma lei nossa, de nossa autoria, proibindo bebida alcoólica nas rodovias estaduais. Criticamos sempre essas lojas de conveniências nos postos de gasolina, que os jovens saem lá para se embriagar, as drogas campeando.

É uma maneira de ajudarmos a sociedade, esses anúncios, como por exemplo, na Tribuna e no do Estado do Paraná tem anúncios de programas de mulheres se oferecendo. Quer dizer, aqui se anuncia venda de automóveis, de casa, diversas coisas que se vende, e venda de moças, de garotas de programa, quer dizer, fazemos isto em favor das mulheres. Não queremos ver mulheres vendendo o seu corpo. Jovens estudantes, às vezes, para pagar uma faculdade. Vendo pessoas que às vezes saem em busca de um emprego e não conseguem, voltam para casa frustradas, e vendo que às vezes muitas mulheres bonitas, mais bem apessoadas talvez tenham facilidade de vender o seu próprio corpo, e isto leva as famílias, pais, mães, sem saber, sua filha sai para trabalhar e volta à noite, não sabemos se foi à faculdade, foi à aula ou foi fazer um programa de motel.

Então, é uma contribuição. Acho que a sociedade precisa de uma resposta desta Casa, que é composta de 54 Deputados, homens e mulheres, responsáveis, na maioria pais de família e nós sabemos da infelicidade de um pai, de uma mãe de saber do desvio de uma família, de uma moça e até de homens, Sr. Presidente. Lemos na Tribuna, no Estado de hoje e na Gazeta, aos domingos, homens se oferecendo. Quer dizer, é o fim do mundo! É uma falta de respeito com a sociedade!

Então, o nosso projeto é uma contribuição para a moralidade da nossa sociedade paranaense.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, falei para o Deputado Anibelli, conversei com o Deputado Cheida, com outros Deputados e com os Deputados do partido ao qual pertença. Acho que a intenção do Deputado Anibelli é boa, é uma intenção correta, do ponto de vista de limitar determinados anúncios, de fazer com que não haja um estímulo, talvez, à prostituição.

Agora, acho inócuo, Sr. Presidente. Não vai ser porque não há no jornal um determinado anúncio que as pessoas vão se comportar desta ou daquela forma. O estado, o estado brasileiro não pode, no meu entendimento, fazer a censura prévia àquilo que vai aos jornais. Obviamente que a pessoa que não estiver concordando com aquele jornal não vai comprá-lo, obviamente que a pessoa não vai levar esse jornal para casa e acho que a maioria das pessoas não o faz.

Mas não podemos, no meu entendimento, Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa, numa semana em que se comemora - inclusive o Governador do Estado por diversas vezes se manifestou neste sentido, se manifestou favoravelmente e uma decisão do STF proibindo a Lei de Imprensa, que era o entulho autoritário que tínhamos - acho que não podemos partir do princípio, embora este tema possa ser até tratado, às vezes, de forma jocosa, de forma engraçada, tenhamos até que tratá-lo com uma certa relevância, como se ele fosse um pouco para o campo até das questões meio folclóricas, mas acho que há um fundo no projeto que, como falei, pode ter boas intenções, mas que eu pessoalmente vou votar contra, Sr. Presidente, porque acho que não é a Assembléia Legislativa que deve dizer ao dono deste ou daquele jornal o que deve constar nele. Não é só esse ou aquele jornal, é o jornal Hora H, é o jornal de Cascavel, todos os anúncios on-line que são feitos na internet, são os programas de televisão, são as milhares de revistas expostas nas bancas, todos os dias.

Por essa lógica, voltaríamos a um período que me preocupa muito, que é o período onde as leis ditavam para os jornais o que podiam, o que não podiam, o que deviam ou não. Sou a favor da liberdade de imprensa, inclusive daquilo que, muitas vezes, pode criar constrangimento, sim, mas que é uma liberdade do proprietário do jornal fazê-lo, assim como acho correta a Lei de Imprensa ter sido extinta agora e nós sermos punidos, se for o caso, mas punidos de forma legal, com direito de resposta quando necessário.

Agora, não acho que coibindo que determinados anúncios nos jornais possam vir a ter uma situação melhor ou pior. Acho que seria trágico, Sr. Presidente, se essa situação fosse uma situação em que pessoas com menos de 18 anos, por exemplo, crianças e adolescentes, pudessem estar sendo anunciados. Não é o caso! São maiores de 18 anos que colocam seus anúncios e num país livre podem fazer o que bem entenderem, não é crime! A Assembléia Legislativa, no meu entender, não tem direito de criminalizar!

Sou absolutamente a favor que qualquer pessoa pense ou faça, acho que aqui todos são bastante inteligentes para ter autonomia, acho que a Assembléia entra num processo de obscurantismo, num processo inclusive de

dizer que a Assembléia é que vai determinar! Francamente, acho que temos coisas bem mais urgentes para tratarmos do que proibir anúncios de pessoas que querem buscar, nessa opção, ganhar dinheiro! Acho que é um pouco de hipocrisia e, francamente, não vejo nenhum sentido. Respeito a opinião do Deputado, acho que está fazendo o seu papel, mas eu, pessoalmente, votarei contra porque acho absolutamente inócuo.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Com todo respeito ao Deputado do PT, Tadeu Veneri, que admiro muito, na verdade vou ter que me contrapor ao seu discurso, porque não é censura não, não existe nada de censura em anúncio pago! No Brasil não é permitida a prostituição e também a apologia. Na verdade, vou votar a favor do projeto, pelas famílias que assim o desejam e acredito que liberdade de expressão nós lutamos, brigamos por essa liberdade. O que algumas pessoas chamam de censura eu chamo de bom senso. Anúncio pago de prostituição, na minha opinião, teria que ser proibido!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, entendo que os fundamentos desse projeto são extremamente perigosos. Por quê? Porque o Deputado Anibelli, que é um Deputado responsável, ele, claro, vê com preocupação que os anúncios publicados no jornal possam incentivar o lenocínio, que é uma prática que tem que ser combatida.

Por outro lado, temos que reconhecer que há um outro valor aqui que é intrínseco à nossa sociedade que é da liberdade de expressão. Faz aproximadamente três ou quatro anos que o jornal de maior circulação no estado do Paraná, a Gazeta do Povo, reuniu o conselho editorial e decidiu: "A Gazeta do Povo, por uma questão de atender o princípio ético, não mais publicará anúncios em que as pessoas ofereçam serviços que possam ser tipificados como da prostituição. Ora! Foi uma decisão editorial, na minha avaliação, absolutamente correta e sábia. Que aconteceu? Os anúncios migraram fundamentalmente para outros jornais. Foi o caso da capital, a Tribuna, o Estado do Paraná.

Muito bem. Mas, o que estamos discutindo hoje, além da questão que eu entendo que a CCJ enfrentou, a questão da constitucionalidade, mas temos que reconhecer que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, inclusive que foi recentemente reafirmada num voto maravilhoso do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Aires de Brito, é um sentimento - eu diria, constitucional - da liberdade do pensamento, da expressão que as pessoas possam ter. E é um valor maior que este projeto de lei.

Então, entre um projeto de lei que tenta combater o lenocínio e um outro direito constitucional de todos nós, que é a liberdade de expressão, da manifestação das pessoas e fundamentalmente da imprensa, eu fico, claro, com este sentimento constitucional a favor da liberdade. Por isso é que vou votar contra o projeto do meu nobre companheiro e amigo Deputado Antonio Anibelli.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Fernandes Litro.

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Vou votar contra porque a liberdade de imprensa, e mesmo os jornais que publicam, eles sempre arrecadam, para sobreviver, os jornais pequenos. Deveria ter no projeto do Deputado Anibelli, de pessoas menores. Deveria ter no projeto, pessoas menores, não publicar, porque as pessoas maiores de 18 anos têm liberdade. Não é uma ditadura. E o jornal precisa sobreviver, trabalhar.

Então, voto pela liberdade de imprensa, porque somos Deputados, muitos Deputados foram Vereadores, outros querem ser Prefeitos, então, é a liberdade das pessoas que têm mais de 18 anos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, numa das eleições do Paraná, um dos candidatos ao Senado se aproveitou de uma situação desta publicidade de garotas no jornal, para ofender o proprietário do jornal, que era precisamente meu amigo e grande Governador do Paraná, Dr. Paulo Cruz Pimentel.

Eu me senti magoado em usar uma campanha contra o Dr. Paulo Pimentel ao Senado, motivada por esta publicidade de recepcionistas, de acompanhantes. Não é bem prostituição. Tem outros segmentos, também, e eu me preocupei e aqui estou para defender, uma vez mais, o direito da imprensa, porque em Roma - é bom que o Deputado Anibelli também saiba, porque ele já foi recebido por Sua Santidade o Papa, ele conhece Roma, na Itália, na França, na Inglaterra, em Portugal, em Fátima, tem jornais locais regionais, todos com a mesma propaganda, ou seja, todos com a mesma publicidade.

Eu pergunto: o turista que chega em Curitiba, não só no fator prostituição, precisa de uma acompanhante, de uma relações públicas, porque muitas destas garotas que aí estão falam três, quatro ou cinco idiomas, Presidente, estamos num estado que recebe milhões de turistas durante o ano. Não vamos frustrar os turistas desta forma!

Por isso, com todo respeito, acompanho o voto do Deputado Litro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, serei breve. Apesar de particularmente votar junto com o Deputado Anibelli, como o atual Líder da Bancada Independente, estou liberando a Bancada para que cada um vote segundo sua consciência.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade desse projeto para dizer, naturalmente, que não é a proibição ou não do anúncio que vai inibir aqueles que realmente pretendem desenvolver qualquer tipo de contato com profissionais dessa natureza. Não é o anúncio que vai inviabilizar.

Portanto, o anúncio num jornal, o anúncio numa revista, pode trazer algum tipo de efeito moral, na residência, na família, a filha, o filho, tendo acesso ao jornal do pai, tendo acesso a uma revista de assinatura mensal. Certamente isso pode trazer algum efeito que não seria saudável. Todos nós, independente de religião, de denominação congregacional, somos na grande maioria, imagino quem sabe a totalidade, Deputado Pugliesi, cristãos. Sabemos muito bem quais são os ensinamentos. Agora, sabemos também que o cristianismo parte do princípio do livre arbítrio e cada um pode escolher o seu caminho. Mas o adulto que tem maturidade, que tem conhecimento, poderá buscar seu interesse por outras formas para ter conhecimento de telefone, de endereço, de qualquer tipo de outra situação que possa satisfazê-lo no seu interesse.

Tenho certeza que esses anúncios publicados, muitas vezes da forma como são, induzem as nossas crianças a uma percepção de que tudo é permitido, de que tudo é fácil, de que tudo faz parte das relações sociais. Inclusive, como ouvimos aqui, muitas dessas facilidades acabam potencializando os índices de doenças que tanto têm alcançado a nossa sociedade.

Portanto, quero votar com o Deputado autor do projeto e conclamar a todos nós, cristãos, de termos um gesto de boa-fé neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a votação. Já encaminharam cinco Deputados favoráveis e cinco Deputados contra. Temos que votar agora.

Os Deputados que forem favoráveis, agora digitam só a senha, SIM ou NÃO, ou abstenção. Por gentileza está iniciada a votação.

Vinte e sete Srs. Deputados votaram SIM.

Onze Srs. Deputados votaram NÃO.

Uma abstenção.

Quarenta e um Srs. Deputados votaram.

Está aprovado em 1º discussão o projeto.

Pela ordem, o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria falar antes, na esperança que na minha fala eu pudesse acrescentar algum argumento novo na discussão. Acho esse projeto desumano. Acho que todos nós que saímos pelas ruas da cidade, do Brasil, cidades médias como Ponta Grossa, estou declarando o meu voto, e cidades grandes principalmente... (é cortado o som) ...o caminho que ela tem é ficar na rua de madru-

gada, no frio, no inverno, se submetendo ao pior tipo de relação humana que pode acontecer. Porque na medida em que as pessoas não podem, de uma forma ou de outra, mesmo que indireta, publicar nos jornais, estamos sendo desumanos e fortalecendo o pior tipo de prostituição que tem, que são as mulheres que se prostituem às vezes na fome, na miséria, para sustentar o filho, numa sociedade cruel. Não posso nem ao menos colocar de forma indireta. É um projeto oportunista, me desculpe o Deputado, porque o respeito muito. Quero dizer que tem gente que votou aqui para poder atacar nas rádios quem votou contra, com falso moralismo. Mas eu não poderia me submeter a isso e votei contra por esse motivo.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas como sugestão, percebi uma situação, alguns Deputados esperaram o final da votação para ver qual iria ganhar: o SIM ou o NÃO, para fazer o seu voto, e além disso eu vi outros sendo pressionados: “Você votou SIM, vote NÃO”. Acho que o painel tem que contabilizar os votos quando você disser: “Olha, acabou a votação”. Já faz todos os votos simultaneamente.

Obrigado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para esclarecer que a Bancada do PT não fechou a questão a esse ponto porque não achamos que era necessário. E só dizer que acredito que todos os Deputados têm clareza suficiente para votar SIM ou NÃO, e que a demora foi unicamente porque alguns tiveram dificuldade de votar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Olha, 41 Srs. Deputados votaram: 27 SIM; 11 NÃO; uma abstenção e eu que não votei. A conta está rigorosamente certa.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para lembrar, a Assembléia aprovou, mas o projeto, e até não sei se o Deputado Anibelli irá ou não fazer emendas, mas o projeto não prevê nenhuma sanção, caso o projeto for se transformar em lei, venha a ser aprovado dessa forma, ou seja, nós aprovamos, aqui a Assembléia aprovou que não pode, mas aquele que colocar não acontece nada, porque no projeto de lei não diz nada. O que acontece se amanhã os jornais continuarem fazendo? Nada, ou seja, no meu entendimento votamos fumaça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero crer, com convicção creio que V. Exas. entenderam perfeitamente o que votaram em 1ª discussão, cabendo em 2ª discussão qualquer tipo de emenda. Tivemos 10 Deputados que encaminharam o projeto, cinco favoráveis e cinco contra. Votou-se.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Pela Ordem)

Hoje foi a 1ª discussão. Então, qualquer questão relativa ao mérito, que deixe para ser pronunciada na 2ª discussão, para que possamos dar andamento aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só queria registrar o meu voto porque eu estou aqui presente e dizer que voto NÃO. Não sei se há possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, agora não.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 852/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Jordão (Escola de Educação Especial Ser e Aprender), com sede e foro no município de Foz do Jordão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 159/07, de 10/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 852/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Jordão - Escola de Educação Especial Ser e Aprender, com sede e foro no município de Foz do Jordão.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, verifica-se que na realidade o foro para a resolução de qualquer problema ou mesmo para o controle da associação é de competência da Comarca de Guarapuava, razão pela qual sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no Regimento Interno, desta augusta Casa de Leis, conforme artigo nº 137, parágrafo 4º.

Quanto à técnica legislativa, o projeto encontra óbice no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (grifo nosso)

O projeto de lei em tela estabelece, em seu artigo 5º, que devem ser revogadas as disposições em contrário, sendo portanto revestido de ilegalidade.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, encontra óbice no artigo 9º, motivo pelo qual se apresenta a emenda supressiva em anexo, bem como emenda modificativa, em razão do foro para resolução de eventuais litígios.

Assim, somo de parecer favorável, em conformidade com a emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 19.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para constar com a seguinte redação:

Art 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Jordão - Escola de Educação Especial Ser e Aprender, com sede no município de Foz do Jordão e foro na Comarca de Guarapuava/PR.

Sala das Comissões, em 19.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 852/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para constar com a seguinte redação:

Art 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 254, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 264, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Ademar Traiano, Elio Rusch, Duílio Genari e Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Encaminho favoravelmente. Certamente as respostas vão elucidar ainda mais este tema.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 245, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 246, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 247, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 248, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 249, 250 e 261, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 252, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 255, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 256, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 260 e 269, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 262, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 270, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 271, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 265, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Douglas Fabrício e demais Srs. Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Encaminhamos favoravelmente, embora tenho que reconhecer que tem muita Oposição em relação ao porto de Paranaguá. Certamente o requerimento é para esclarecer.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Estamos encaminhando esse pedido de informação, porque nos últimos dias o Superintendente do porto de Paranaguá tomou uma atitude comercialmente inexplicável, proibindo a exportação de determinados produtos pela Ponta do Félix e autorizando apenas a exportação de carne congelada.

Quero dizer ao Deputado Romanelli, que não sou opositor ao porto de Paranaguá. Sou usuário do porto de Paranaguá, eu era usuário. Faz 25 anos que exporto e exportava pelo porto de Paranaguá.

Hoje, eu e uma centena de exportadores estamos levando nossos produtos para Santa Catarina, pela má gestão do porto público, porque o porto de Paranaguá vai muito mal administrativamente.

Muito obrigado!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 430, 841 e 842/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 597, 680 e 852/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 754, 777, 806 e 848/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da

Assimiléa Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Plauto Miró, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Alexandre Curi, Beti Pavin, Dr. Batista e Rosane Ferreira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Mauro Moraes. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 784/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 629/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 728/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão à emenda de Plenário, na forma da sub-emenda anexa, lido pelo Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 825/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes - Altera dispositivos da Lei nº 14231/03. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO, com voto separado do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 05) Projeto de Lei nº 847/07 de autoria do Deputado Plauto Miró. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 850/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 856/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 860/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. O Sr. Deputado Valdir Rossoni apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 844/07. O Sr. Presidente coloca o requerimento em votação - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 844/07 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

